



FCPC



RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

Novembro de 2010

EQUIPE DE COORDENAÇÃO:

Coordenador Geral: Prof. Titular Dr. João Bosco Furtado Arruda

Eixo I: Segurança Pública e Cidadania

Coordenador: Prof. Titular Dr. Cesar Barreira

Eixo II: Desenvolvimento Econômico e Social

Coordenador: Prof^ª. Titular Dr^a. IrlesAlencar Firmo Barreira

Eixo III: Qualidade de Vida

Coordenador: Prof.Associado Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Eixo IV: Mobilidade Urbana

Coordenador: Prof^ª. AdjuntoDr^a. NadjaGlheucada Silva Dutra

Eixo IV: Resíduos Urbanos e Geração de Renda

Coordenador: Prof. Titular Dr. João Bosco Furtado Arruda

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS DO ESTUDO	4
2.1 Objetivo Geral do Projeto.....	6
2.2Objetivos Específicos	7
3. BREVE ANÁLISE DA CIDADE DE FORTALEZA.....	9
3.1 Fortaleza no ano 2000.....	9
3.2 Fortaleza no ano 2010.....	10
4. CONTEXTOS, PROBLEMAS, PROPOSIÇÕES E JUSTIFICATIVAS	11
4.1 EIXO I: SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA.....	11
4.1.1 Contexto.....	11
4.1.2 Problemas, proposições e justificativas	14
4.1.3 Considerações Finais	24
4.2 EIXO II: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	25
4.2.1 Contexto.....	25
4.2.2 Problemas, proposições e justificativas.....	26
4.2.3 Considerações Finais	34
4.3 EIXO III: QUALIDADE DE VIDA.....	36
4.3.1 Contexto.....	36
4.3.2 Quadro síntese dos problemas detectados.	39
4.3.3 Proposições:.....	49
4.4 EIXO IV: MOBILIDADE URBANA	51
4.4.1 Contexto.....	51
4.4.2 Problemas, Proposições e Justificativas	52
4.5 EIXO V: RESÍDUOS URBANOS E GERAÇÃO DE RENDA	61
4.5.1 Contexto.....	61
4.5.2 Problemas, Proposições e Justificativas	63
4.5.3 Considerações Gerais.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75

1. APRESENTAÇÃO

A iniciativa inédita da Câmara Municipal de Fortaleza de desenvolver o Projeto “Pacto por Fortaleza: A Fortaleza que Queremos até 2020” merece os aplausos de todos os cidadãos desta cidade.

Isto porque esta iniciativa demonstra a seriedade desta magna instituição no cumprimento de suas atribuições, ao chamar a sociedade local para debater e buscar soluções para os múltiplos e graves problemas desta cidade em que moramos e que amamos, em um processo que teve a orientação técnica de pesquisadores da UFC e a avaliação crítica de componentes das mais diversas organizações da sociedade fortalezense.

O objetivo maior de tal iniciativa é o de construir uma agenda de compromissos de estado, a ser, certamente, endossada pelas gestões municipais na próxima década, pelo caráter democrático e republicano com que foi concebida e operacionalizada.

Coube a cinco grupos de pesquisadores da UFC, como representantes da Academia, o desafio honroso de desenvolver o processo de auscultação da cidadania, quanto à sua percepção dos problemas setoriais urbanos, bem como a análise técnica das sugestões, colhidas de representantes das mais diversas organizações públicas, privadas e do terceiro setor da sociedade fortalezense, para viabilizar soluções efetivas para os problemas ora detectados da urbe.

Obviamente, um desafio de tal envergadura não pode ser enfrentado exitosamente atendo-se ao mero produto consubstanciado pelo Relatório Final do Projeto, que ora entregamos. O Relatório não é exaustivo, em termos de ações solucionadoras propostas, porque as cinco temáticas não abrangem toda a problemática urbana, senão de forma transversal, mas existiram contribuições, no Projeto, de representantes da sociedade civil de Fortaleza que buscaram abordar tópicos específicos envolvidos com os setores não enfatizados como educação, saúde e lazer.

No entanto, consideramos que setores como saúde e educação, por serem responsáveis pela vitalidade e pela formação dos valores humanos, constituem os alicerces maiores da cidadania e devem ser objetos de um pacto cotidiano e inquebrantável entre os cidadãos e os poderes públicos, nas suas três instâncias, em todas as cidades do país.

O Projeto “Pacto por Fortaleza” tem o mérito de abrir espaço para o aprofundamento e expansão temática do debate, podendo agregar novas contribuições de entidades da sociedade civil, de cidadãos interessados em fortalecer a cidadania e em construir uma cidade digna das futuras gerações que a habitarão.

Pois, se ainda não temos, queremos para nossos descendentes uma cidade sem exclusão social e produtiva, segura, limpa, eficiente no uso de seus recursos financeiros, mantenedora e expansiva de seus recursos naturais, geradora de emprego e renda para seus municípios, e com um sistema de transporte provedor de boa acessibilidade aos locais de trabalho, estudo, saúde e lazer.

Para isso, é necessário resgatarmos os instrumentos institucionais e a ênfase no planejamento do Município, que nos permitirão antecipar os problemas e elaborar soluções para diversos horizontes e cenários, como já ocorre, de longa data, nas práticas das cidades mais desenvolvidas do planeta.

Constitui uma tragédia histórica o fato de que as urbes com marcante escassez de recursos financeiros no Mundo, como é o caso de Fortaleza, sejam as que apresentem altos custos de oportunidade de investimentos, por estes não se embasarem em processos efetivos de planejamento e gestão urbana.

Sabe-se que a rotina do planejamento efetivo obriga a transparência no trato da coisa pública, cria referenciais de cobrança, blinda o processo de alocação de investimentos a lobbies que se organizam predatoriamente, com o fim de se tornarem obesos comensais do escasso bolo de recursos municipais. Por isto, e mais do que nunca, o planejamento

deve, necessariamente, envolver intensamente a participação comunitária, tão comum hoje nas urbes de regiões desenvolvidas do Mundo.

Afinal, todo cidadão consciente (usando o pleonasmo para ser enfático), quer contribuir com sugestões e acompanhar o que é feito com os recursos que ele fornece compulsoriamente para o erário público, através dos impostos, que devem retornar em forma de bons serviços e de uma boa qualidade de vida na cidade em que vive.

O planejamento efetivo, além de fornecer elementos para a cobrança da gestão pública, exige a visão sistêmica da urbe e, por conseguinte, a contribuição de especialistas em inúmeras áreas do conhecimento bem como se embasa intensamente nas organizações comunitárias, que sentem cotidianamente o efeito nefasto dos problemas urbanos na qualidade de vida do cidadão.

Finalmente, apesar da magnitude do desafio de desenvolver, a contento, o Projeto “Pacto por Fortaleza”; do curto tempo que tivemos para enfrentar este desafio; de não termos tido recursos para agregar intensamente a contribuição do conjunto de grandes especialistas, dos quais Fortaleza é pródiga; sentimos que fizemos o melhor de nossos esforços e cumprimos com nosso dever ao iniciar, com o documento ora entregue à CMF, uma caminhada de experiência participativa sem volta nesta cidade.

2. OBJETIVOS DO ESTUDO

2.1 Objetivo Geral do Projeto

Realizar um diagnóstico da cidade de Fortaleza contemplando os problemas relativos à mobilidade urbana e do trânsito na cidade, o processo de coleta de resíduos urbanos, desigualdade socioeconômica e a vulnerabilidade socioambiental, a ocupação do espaço público e a violência e criminalidade, bem como a política de segurança pública circunscrita à cidade, com o objetivo de gerar subsídios para planos de intervenção

urbana com vistas à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e pensando a cidade em seu processo de expansão para os próximos dez anos.

2.2 Objetivos Específicos

i) Analisar as propostas de intervenções voltadas à Copa do Mundo de 2014, no âmbito do trânsito e transporte, visando à mobilidade e acessibilidade dos usuários dos transportes não-motorizados e a ordenação dos transportes de carga, bem como preparar um diagnóstico que embase ações a serem propostas com vistas a responder às reais necessidades de mobilidade da cidade (pessoas e cargas).

ii) Diagnosticar o sistema dos transportes não-motorizados e da carga urbana, com o intuito de reduzir os impactos negativos dessas atividades na mobilidade dos usuários do sistema de trânsito e transportes.

iii) Identificar os volumes produzidos de resíduos na cidade, passíveis de serem utilizados como insumo para a produção de energia.

iv) Identificar as cooperativas ou associações de catadores que coletam ou tem potencial para participar na coleta de resíduos para os fins propostos no item anterior.

v) Identificar equipamentos e processos no setor dos resíduos urbanos, com tecnologia já reconhecida nos mercados nacional e mundial, de forma a definir seus custos de aquisição, manutenção e operação.

vi) Analisar a viabilidade logística e econômica de implantar uma rede de produtores de resíduos urbanos para uso no setor de geração de energia, no âmbito do Município de Fortaleza, gerida por cooperativas ou associações de catadores em parceria com o poder público municipal, entidades privadas e do terceiro setor.

vii) Compreender e discutir a problemática e os impactos socioambientais do processo de ocupação da cidade, analisando a legislação urbana e ambiental disponível.

viii) Identificar e descrever usos, apropriações e conflitos vigentes no espaço público.

ix) Analisar o impacto das políticas de desenvolvimento econômico da Prefeitura de Fortaleza no combate à pobreza, à exclusão social e redução das desigualdades sociais.

x) Analisar, no âmbito da cidadania e dos direitos humanos, os paradoxos existentes na aplicação da lei e da ordem em um Estado Democrático de Direito.

xi) Compreender a problemática da violência relacionada à participação da população nas práticas inovadoras e na defesa da cidadania na construção de uma segurança cidadã.

xii) Compreender os sentimentos e as percepções de medo e insegurança da população.

xiii) Identificar e mapear as estratégias, institucionais e não-institucionais, de enfrentamento e prevenção da violência e redução de setores e áreas sociais mais vulneráveis as práticas conflituosas.

ixv) Analisar as transformações internas e externas da política de segurança pública, bem como as condições de trabalho dos profissionais deste setor.

xv) Desenvolver uma análise das taxas de criminalidade e violência em Fortaleza, buscando mapear as áreas mais vulneráveis aos delitos, como também os perfis das vítimas e dos agressores.

3. BREVE ANÁLISE DA CIDADE DE FORTALEZA

3.1 Fortaleza no ano 2000

Considerada a quinta cidade mais populosa do país, no ano de 2000, a população da cidade de Fortaleza chegava a 2.141.402 habitantes (28,82% da população cearense) e apresentava uma taxa de crescimento anual (1991 a 2000) de 2,1% a. a. Sua densidade demográfica era de 6.373,2 habitantes por km² e apresentava o maior IDH do Estado, de 0,786.

Devido a constantes períodos de seca e miséria no interior do Estado, a cidade de Fortaleza sofreu um elevado processo de migração em 2000. Estes migrantes possuíam um nível de escolaridade inferior ao da população residente gerando, portanto, uma diminuição no nível de renda *per capita* da população.

Houve, em consequência, um aumento no número de moradias precárias e um aumento da demanda por serviços públicos, sobrecarregando os já escassos recursos públicos disponíveis, gerando dificuldades para que a municipalidade pudesse assegurar níveis de qualidade de vida e de infra-estrutura urbana desejada pela população.

O PIB *per capita*, em 2000, foi de R\$4.515,00, sendo maior do que o PIB *per capita* do Ceará (R\$2.774,00) e apresentava apenas 43,32% dos trabalhadores detentores de empregos formais (349.045 trabalhadores). A população economicamente ativa era de 956.698 habitantes, dos quais constava uma renda média salarial de R\$594,60.

Todos os cinco distritos de Fortaleza apresentavam saneamento básico e abastecimento de água. Porém, ainda assim, apenas 87,2% da população urbana era atendida com serviço de esgoto, e apenas 44,47% da população era atendida por água.

O número da frota de veículos em Fortaleza era, em 2000, 353.620 veículos, sendo 68,05% deles automóveis. O processo de urbanização acelerada que vem ocorrendo na Região Metropolitana de Fortaleza, nas últimas décadas, desencadeou uma série de

problemas e carências de infraestrutura viária, apresentando uma forte concentração de viagens ao longo de vias que convergem para a área central e leste do município, correspondendo às áreas mais densas da região metropolitana e, conseqüentemente, as que concentram os principais problemas relacionados ao trânsito.

O controle precário e as falhas de legislação do uso do solo permitiram um processo de alto adensamento urbano na região leste da cidade, que ora se estende para o sudeste e centro sul da urbe. Isto tem trazido, como conseqüência, a invasão de áreas de risco e do patrimônio ambiental da cidade por segmentos de baixa renda, como estratégia de evitar custos de transporte para os locais de oportunidade de negócios, constituindo problema cada ano mais difícil de resolver pela magnitude da escala do processo.

3.2 Fortaleza no ano 2010

O Censo de 2010, divulgado pelo IBGE, estima uma população de 2.315.116 habitantes (28,30% da população cearense), apresentando uma densidade demográfica de, aproximadamente, 7.396,54 habitantes por km² e taxa de crescimento anual de 1,86% (no período de 2000 a 2010).

Em dezembro de 2009, contabilizou-se um número total de 640.836 veículos, totalizando 3,9 habitantes por veículo e 1.126,49 veículos por km². Em Agosto de 2010 o número de veículos já era de 683.464, sendo 410.842 automóveis.

Segundo o IBGE (PNAD, 2009) cerca de 97,1% da população é, atualmente, atendida por serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU). No entanto, no que tange à cobertura urbana de esgotamento sanitário, pode-se observar que apenas cerca de 52% da população fortalezense é atendida.

No tocante à economia local, pode-se observar o crescimento do PIB para R\$ 24.474.012; do PIB *per capita* para R\$ 10.066,00, de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2010) e o IBGE, 2007.

Entre julho de 2009 e julho de 2010, a taxa de desemprego total diminuiu de 12,3% para 10,2% da população economicamente ativa, resultado das reduções do desemprego aberto (de 7,9% para 6,3%) e oculto (de 4,4% para 3,9%).

Nesse período, 81 mil pessoas se inseriram no mercado de trabalho na condição de ocupados, o que resultou na retração de 30 mil desempregados. A população economicamente ativa foi acrescida de 51 mil indivíduos, elevando a taxa de participação de 57,6% para 58,2%.

4. CONTEXTOS, PROBLEMAS, PROPOSIÇÕES E JUSTIFICATIVAS

4.1 EIXO I: SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

4.1.1 Contexto

O Eixo 1 aborda as questões de segurança pública, violência e conflitos sociais na cidade de Fortaleza, e teve como objetivo geral fazer um diagnóstico dos problemas relativos à violência e criminalidade, bem como às políticas de segurança pública circunscrita à esta cidade.

Nos últimos anos têm ocorrido diversos debates e reflexões a respeito da insegurança pública nas grandes metrópoles. Todas as análises convergem para a conclusão de que, em intensidade e proporção, a violência tem se revelado um dos maiores e mais graves problemas sociais que as cidades brasileiras vêm enfrentando nas últimas décadas.

Observa-se um processo de transição nas representações ou significados do direito de proteção que incidem sobre os modos de interação entre poder público, sociedade civil e órgãos de segurança. Existe uma oscilação entre um modelo mais tradicional (repressivo, não-dialógico, não-participativo e baseado no atributo do uso da violência e do temor) e outro mais democrático (preventivo, colaborativo, horizontal e inclusivo).

O aumento da sensação de insegurança e o medo aparecem como condicionantes e estruturantes das relações sociais. Nesse sentido, há uma busca, por parte da população, por soluções individuais na prevenção e resolução de conflitos sociais, que assumem, na

contemporaneidade, dimensões significativas na ecologia urbana. A violência, de um lado, se contrapõe ao controle/autocontrole institucionalizado e, por outro, assume a configuração de padrão de conduta para alguns grupos e categorias sociais.

Partindo desse quadro mais geral, privilegiamos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar, no âmbito da cidadania e dos direitos humanos, os paradoxos existentes na aplicação da lei e da ordem em um Estado Democrático de Direito;

2. Compreender a problemática da violência relacionada à participação da população nas práticas inovadoras e na defesa da cidadania na construção de uma segurança cidadã;

3. Compreender os sentimentos e as percepções de medo e insegurança da população;

4. Identificar e mapear as estratégias institucionais e não-institucionais de enfrentamento e prevenção da violência e redução de setores e áreas sociais mais vulneráveis as práticas conflituosas;

5. Analisar as transformações internas e externas da política de segurança pública, bem como as condições de trabalho dos profissionais deste setor; e

6. Desenvolver uma análise das taxas de criminalidade e violência em Fortaleza, buscando mapear as áreas mais vulneráveis aos delitos, como também os perfis das vítimas e dos agressores.

Esses objetivos específicos tem como metas:

- Definir estratégias de políticas públicas para o aprimoramento da ação do Estado no campo da segurança pública;

- Construir um banco de dados quantitativo e qualitativo constituindo as taxas de violência e criminalidade de Fortaleza;

- Delinear um banco de dados sobre as reivindicações e demandas dirigidas aos serviços de segurança; e

- Fornecer um diagnóstico dos serviços urbanos de Fortaleza diretamente relacionados com a segurança da população.

A violação dos direitos humanos e a fragilidade do Estado democrático de direito, abalados pelos recorrentes casos de violência, são temas bastante presentes nos noticiários e no repertório das conversas informais dos cidadãos.

Fortaleza tem vivenciado um processo cada vez mais intenso de escalada da violência. Somente no mês de outubro deste ano foram assassinadas 181 pessoas, resultando em um total de 1.488 nos dez primeiros meses do ano de 2010, contra 1.166 em igual período de 2009 (27,6% de aumento) (fonte: Jornal *Diário do Nordeste*).

A partir da década de 1990, o Estado do Ceará deu início a um processo de reestruturação do seu sistema policial, com projetos de integração e colaboração entre as Polícias Civil e Militar, assim como a implementação de uma “gestão racional” do trabalho, pautada em ações estratégicas, que objetivaram realizar uma “mudança de mentalidade” no modelo de atuação policial.

É neste âmbito que surgem programas que visam recuperar a imagem da “nova polícia” no sentido de realizar com eficiência o controle estatal da violência. O principal programa foi o “Ronda do Quarteirão”, lançado no final de 2007 pelo Governo do Estado, que se tornou, em princípio, exemplo de ação na área da Segurança Pública com a proposta de uma polícia não apenas militar e aquartelada, porém mais próxima da comunidade e autodenominada inovadora e profissional.

Em 2007 e início de 2008, o programa foi se estendendo a todos os bairros da cidade de Fortaleza e região metropolitana. Atualmente, está sendo realizada a expansão do programa para o interior do Estado, em municípios com mais de 50 mil habitantes.

Este Estudo buscou compreender, de forma abrangente, como se reflete o binômio violência e controle público na cidade de Fortaleza e, mais especificamente, analisar os

enfrentamentos e conflitos na política de segurança pública e como eles são revelados no âmbito da municipalidade.

Nesse contexto, observar-se-á as relações entre polícia-sociedade, polícia-população e polícia-comunidade. As novas exigências sociais e as demandas públicas, que decorrem das condições socioeconômicas da população, situam a práxis policial em um complexo campo de atuação e atribuições.

Outro aspecto abordado neste Eixo I, concerne às reais condições dos equipamentos na área de segurança pública em Fortaleza, tentando relacioná-los com as possibilidades de tornar o município mais seguro e menos violento.

A metodologia utilizada privilegiou as narrações elaboradas por diferentes segmentos da população de Fortaleza, em uma tentativa de fazer do momento de pesquisar uma prática relacional entre o pesquisador e a comunidade.

Nessa perspectiva, uma das principais técnicas de pesquisa utilizadas foram os grupos focais, empregado com os seguintes segmentos sociais: Policiais Militares do Estado do Ceará, Policiais Civis, Operadores do Direito, Jornalistas (que cobrem os problemas policiais), Jovens e Guardas Municipais.

Foi realizado um levantamento de dados quantitativos sobre os principais indicadores de violência e criminalidade em Fortaleza e, também, foram feitas entrevistas com informantes privilegiados que atuam no âmbito da segurança pública na Capital.

4.1.2 Problemas, proposições e justificativas

As informações, obtidas através dos grupos focais e dos debates realizados sobre a temática segurança pública e cidadania, apontam para os seguintes diagnósticos e proposições:

Problema

Falta uma integração entre os órgãos responsáveis pela segurança pública no Estado (Polícias Militar e Civil) e o órgão responsável pela segurança pública na cidade de Fortaleza (Guarda Municipal).

Proposição

Criação da Secretaria de Segurança Pública Municipal e Integração entre os órgãos estadual e municipal.

Justificativa

A segurança pública é, fundamentalmente, função dos Estados mas, atualmente, os municípios vêm assumindo um papel importantíssimo enquanto agente indispensável à gestão da segurança pública.

Fortaleza, assim como outras grandes metrópoles, vive um cenário de crise na segurança pública, com altas taxas de incidência criminal, as quais aumentaram, de maneira significativa, ao longo das últimas décadas. Contudo, as respostas apresentadas para esses problemas pelo Estado não têm sido satisfatórias.

A Secretaria Municipal de Segurança Pública teria como funções: coordenar ações e problemas voltados para os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos setores historicamente excluídos e discriminados, estabelecendo políticas de prevenção à violência.

Problema

Postura repressiva do aparelho policial para com a juventude da periferia, sobretudo para os jovens negros.

Proposição

Inclusão, na formação dos policiais, de discussões como respeito às diversidades de raças, etnias, gênero, sexualidade e religião, além de aprofundamento dos direitos dos cidadãos; criação de uma política de valorização do povo negro, primando pela

promoção de sua história e cultura; formação para jovens e população sobre direitos e meios de acessá-los.

Justificativa

Os jovens participantes do grupo focal enfatizaram que há um tratamento diferenciado da polícia para com os jovens e entre as situações vivenciadas em bairros de classe alta e média e outras ocorridas em bairros de periferia. O papel da polícia deveria ser o de ajudar as pessoas e zelar pelos direitos dos cidadãos. O tempo de formação dos nossos policiais foi considerado insuficiente para que esses profissionais exerçam sua função com o mínimo de eficiência e conhecimento necessários. Para uma mudança efetiva, os policiais precisam de mais formação para o exercício de sua função.

Problema

O impacto das drogas na vida dos jovens e seu papel de causador e potencializador de situações e práticas classificadas como violentas.

Proposição

Ações de redução de danos e outras alternativas devem ser pensadas para que os usuários sejam respeitados em suas escolhas; criação de um programa específico, contratação de profissionais através de concurso público e capacitação dos mesmos para o trabalho, tanto com os usuários, quanto com suas famílias.

Justificativa

Para os jovens, não há política que os ajude a não entrar no mundo das drogas ou a se libertar dele. Para eles, o usuário de drogas não deve ser considerado um crime, mas tratado como uma questão de saúde.

Problema

Extermínio físico e simbólico da juventude.

Proposição

Combate ao extermínio da juventude; garantia dos direitos civis, políticos e sociais de todos e de todas.

Justificativa

Direitos como educação, trabalho, cultura, esporte e moradia digna precisam ser garantidos, sobretudo nas periferias, sob pena de manutenção do atual estado de insegurança.

Problema

Falta de capacitação dos presos e inclusão social dos egressos do sistema penitenciário.

Proposição

Dar incentivos fiscais a empresas privadas que contratem egressos do sistema prisional; realizar capacitação técnica da população carcerária.

Justificativa

Nos últimos anos, houve um vertiginoso aumento da população carcerária em todo o Estado do Ceará. A diminuição dos altos índices só seria possível com a diminuição da taxa de reincidência criminal. O egresso não consegue inserir-se na sociedade que, ao invés de acolhê-lo, o repele, reprime e estigmatiza.

A melhor maneira de enfrentar esse problema seria o Município e o Estado promoverem uma política de incentivos fiscais para as empresas que contratassem egressos do sistema penitenciário e, também, o Estado implantar centros de vocação tecnológica dentro dos presídios.

Problema

Um dos maiores problemas da criminalidade contemporânea são os conflitos interpessoais que, muitas vezes, resultam em crimes graves.

Proposições

Criação de núcleos de mediação comunitária dentro das delegacias de polícias; Ampliação dos Núcleos de Mediação já existentes em Fortaleza.

Justificativa

Uma parte significativa dos crimes letais têm pequenos conflitos interpessoais como causa geradora; por exemplo, briga de vizinhos, disputas familiares etc. Muitos desses conflitos poderiam ser resolvidos através de mediação, sem a necessidade de recorrer à polícia e ao judiciário. A criação de núcleos de mediação comunitária dentro das delegacias de polícia desburocratizaria o sistema da justiça penal, além de permitir que o Estado se ocupe da criminalidade.

Problema

Abandono dos espaços públicos por parte dos órgãos governamentais, bem como por parte da população.

Proposição

Ocupação, administração e manutenção dos espaços públicos; criação de incentivos, por parte dos poderes públicos, para que a população passe a frequentar estes espaços.

Justificativa

O que se percebe hoje em dia, é que a população tem se afastado de praças e logradouros públicos devido à insegurança generalizada. Por outro lado, esses espaços têm sido paulatinamente ocupados por agentes criminosos (traficantes, assaltantes, etc.).Esses espaços devem ser reocupados pelo Município e Estado, através do esporte, lazer e cultura.

Problema

A Polícia Militar não pode lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).

Proposição

Permitir que os policiais militares façam a lavratura do TCO, como já o fazem os estados do Rio Grande do Sul (desde 1997), Santa Catarina (desde 1998), São Paulo (desde 2002), Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná e Pernambuco.

Justificativa

O TCO, conforme art. 61, da Lei nº 9.099/95, é um registro de um fato tipificado como “infração penal de menor potencial ofensivo”, ou seja, os crimes de menor relevância,

que têm a pena máxima até 02 (dois) anos de cerceamento de liberdade, cumulada ou não com multa, não havendo “indiciado”, mas sim “autor do fato”. É usado em casos como ameaça, lesão corporal, consumo pessoal de drogas, difamação, injúria etc.

Para a lavratura do Termo não há necessidade de investigação criminal, ele é um simples relatório administrativo de comunicação ao Poder Judiciário, onde os critérios que norteiam este procedimento são os da oralidade, simplicidade, informalidade, economia judicial e celeridade.

Pontos positivos da aplicação do TCO pela PMCE: 1) reduziria o número de ocorrências de menor potencial ofensivo levadas às delegacias de polícia; 2) diminuiria o tempo de retorno às ruas dos policiais militares, que hoje passam muito tempo tratando de ocorrências de menor potencial ofensivo em delegacias de polícia; 3) agilizaria na solução dos conflitos e diminuição dos gastos públicos.

Problema

Existem várias áreas de maior incidência de criminalidade na cidade de Fortaleza.

Proposição

Criação de postos policiais de observação, com turnos de 24 horas, em locais de maior vulnerabilidade na área de segurança pública; os órgãos de segurança pública devem seguir rigorosamente os mapas de criminalidade e de ocorrência de delitos.

Justificativa

Fortaleza apresenta pontos onde não há presença cotidiana de policiais. São lugares onde, além dos cidadãos não serem assistidos por serviços públicos prioritários (saneamento básico, postos de saúde etc.), não dispõem, também, do direito fundamental à segurança pública. Os postos de observação policial fariam um importante papel de policiamento, sobretudo proativo nessas áreas, amenizando a sensação de insegurança e medo.

Problema

O treinamento das polícias militar e civil é inadequado e não prepara o policial para o nível de *stress* a que estes profissionais são submetidos no exercício da função. Após

um evento traumático (um tiroteio, por exemplo) não existe um tratamento psicológico pós-trauma que possa ajudar a minimizar os danos.

Proposição

Utilizar as instituições que possuem acompanhamento psicológico para dar apoio aos policiais envolvidos em situações de grande *stress*, mantendo um atendimento permanente para estes profissionais.

Justificativa

Embora, juridicamente, as polícias militares e civis sejam organizações reguladas pelo Estado, a atuação de seus profissionais incide sobre toda a sociedade, sem distinções jurisdicionais.

Logo, a municipalidade não pode se abster, a bem de seus cidadãos, de fiscalizar e colaborar para a melhoria do serviço prestado. A cidade de Fortaleza possui, espalhada pelo seu território, diversos locais que contam com profissionais da área da psicologia (como, por exemplo, as Raízes de Cidadania) que poderiam atender policiais em situação de stress, com a vantagem de, pela distribuição geográfica destes centros, atender o policial em um local próximo da sua residência, evitando, assim, um possível constrangimento de um atendimento no local de trabalho.

Problema

A realidade do trabalho policial, seja civil ou militar, estadual ou municipal, é desconhecida pela maioria da população e, muitas vezes, os responsáveis por tomaram as decisões políticas não conhecem, em profundidade, as especificidades da profissão.

Proposição

As práticas policiais devem ter uma total visibilidade e ser baseada em um conhecimento prévio da realidade; para que o trabalho policial ocorra de maneira mais eficaz possível, o administrador público necessita de subsídios que possam orientar a política que será adotada pelos órgão de segurança.

Justificativa

Embora seja possível encontrar vasta literatura sobre o trabalho policial, importar um modelo de uma realidade distinta da qual ele será aplicado aumenta a possibilidade deste modelo não dar certo. O administrador público precisa conhecer as especificidades do sistema policial que gere, qual a melhor estratégia a ser adotada a partir da sua realidade social. Hoje, já é possível perceber, em grande parte dos policiais, um entendimento maior da importância de pesquisas acadêmicas que, ao contrário do que alguns supunham, não visa julgar, prejudicar ou desacreditar o trabalho policial.

Problema

A carga horária de trabalho dos policiais, que muitas vezes vai a doze horas, podendo chegar a vinte e quatro, dependendo da corporação, é inadequada para o nível de atenção necessária para a execução de suas funções.

Proposição

Numa profissão onde a vigilância constante pode ser a diferença em casos extremos, entre a vida e a morte, uma carga horária que leve o policial ao seu limite físico e psicológico, aumenta a probabilidade de que erros aconteçam.

Justificativa

Seja por falta de material humano ou pela possibilidade de obter uma renda extra, os policiais, muitas vezes, cumprem uma carga horária não condizente com sua profissão. Uma atenção constante é necessária para o correto julgamento de um fato, para uma correta tomada de decisão, pois uma decisão errada pode afetar gravemente a vida dos cidadãos que a polícia deve proteger.

Problema

Violência dos agentes da ordem (policiais do Estado e guardas municipais) e desrespeito aos direitos e garantias fundamentais.

Proposições

Estados e Municípios devem investir na formação dos agentes de segurança pública, buscando uma melhor capacitação técnica e uma educação mais adequada aos princípios da cidadania e dos direitos humanos. Nesse sentido, a parceria estabelecida

entre Universidades e órgãos públicos ligados à segurança pública é de extrema importância.

Justificativa

Diversos casos de violência são protagonizados por agentes de segurança pública durante o exercício de suas funções. A diminuição de casos de agressão e mesmo de violência letal contra a pessoa humana pode ser alcançado, desde que os policiais e guardas municipais sejam adequadamente qualificados e pedagogicamente educados para desempenhar melhor suas atividades públicas, possibilitando uma maior segurança para a população de Fortaleza. As parcerias da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará e da Guarda Municipal e Defesa Civil com as Universidades fortaleceriam a cultura dos direitos e respeito à pessoa humana.

Problema

Falta de assistência psicológica e psiquiátrica para o policial.

Proposição

Criação de um serviço de assistência psicológica e psiquiátrica para atender aos policiais.

Justificativa

Oferecer tratamento a agentes de segurança pública que estão necessitando de orientação psicológica ou psiquiátrica é uma forma de antecipar alguns problemas que advêm do estresse da atividade policial e, sobretudo, aqueles relacionados à violência policial.

Problema

A Polícia Militar não trabalha com órgãos de informação.

Proposição

Criação de um setor dentro da PMCE de inteligência e tratamento de informações.

Justificativa

A eficiência do trabalho policial deve-se, sobretudo, às informações que os agentes da ordem colhem dos populares. Um setor de inteligência policial militar daria suporte e efetividade às atividades policiais. Este trabalho de caráter preventivo, portanto, difere do realizado pela Polícia Civil, a investigação criminal, que ocorre quando o crime já aconteceu.

Problema

Cada vez mais jovens se envolvem com práticas consideradas violentas e é o grupo que mais é vítima da violência letal.

Proposição

Ter uma política voltada exclusivamente para a juventude, com a criação de áreas de lazer, escolas em tempo integral, espaços públicos para a prática de esporte, arte e educação.

Justificativa

Hoje em dia, há uma grande incidência de jovens na criminalidade. Conforme dados do IBGE, no últimos 8 anos a taxa de homicídio no Ceará cresceu 49,3 %. Segundo o Instituto, os homens são 10 vezes mais vítimas de homicídios que as mulheres. No Ceará essa proporção é de 13 para 1.

Em 2009, foram registrados, no Ceará 1.907 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescente e, em Fortaleza, 1.084 denúncias registradas. De acordo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República, Fortaleza é, pelo terceiro ano consecutivo, a Capital que mais denuncia a violência no País.

Em 2010, 22 crianças foram assassinadas no Ceará. De janeiro a julho de 2010, 164 adolescentes foram assassinados no Ceará. Construir e tornar eficazes políticas públicas voltadas para a juventude e de valorização das práticas juvenis, possibilitaria a redução desses índices.

4.1.3 Considerações Finais

Em linhas gerais, a cidadania é entendida como algo concedido pelo Estado e que traz em seu bojo o simples aceite, por parte dos indivíduos, desta concessão. Em um cenário em que a cidadania tutelada é a regra, é difícil instalar uma cultura de cidadania.

Nesse sentido, a maior tarefa do Eixo 1 é alertar aos órgãos públicos – municipais e estaduais – sobre o papel que os cidadãos têm no processo não apenas de gozo da segurança pública, mas, principalmente, na reivindicação deste direito.

Aliado à conscientização da importância do cidadão no cenário político e sócio-cultural da atualidade, temos a responsabilidade de repensar o papel do Município em relação à violência.

Segurança pública é, também, um problema a ser tratado no âmbito municipal, através de políticas públicas eficazes, voltadas para o atendimento dos cidadãos, de parcerias com as Universidades, com investimento pedagógico na formação de seus agentes públicos e sua valorização.

Por outro lado, o envolvimento e a mobilização da população são de grande importância. A população não deve omitir ou distanciar-se das discussões, debates e apresentação de proposições sobre o problema da violência e do desrespeito aos direitos dos cidadãos.

Cidadania não implica apenas concessão de direitos (neste caso, o direito à segurança pública); cidadania implica também em deveres, sendo o mais importante deles o de reivindicar que os direitos concedidos pelo Estado sejam efetivados na realidade da “vida como ela é”.

O Eixo 1, portanto, procurou escutar os problemas e proposições de segmentos da população e compor um quadro diagnóstico e propositivo no que tange a segurança pública e cidadania.

4.2 EIXO II: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

4.2.1 Contexto

O presente eixo da pesquisa teve como objetivo analisar características sócio-econômicas da cidade de Fortaleza, agregando a essas informações o modo como segmentos específicos de moradores formulavam representações e projeções sobre o espaço urbano. A principal meta da proposta foi a de realizar, com base em dados coletados na pesquisa, um diagnóstico de teor propositivo, levando em conta a necessidade de articular uma visão de presente e futuro sobre a capital cearense.

A cidade, pensada em seu processo de expansão, constituiu, portanto, o fio condutor da investigação, observando-se as potencialidades de transformação urbana, tendo em vista tanto a possibilidade de consolidação e ampliação de experiências já vigentes como a projeção de propostas inovadoras.

Consideramos também relevante realizar o registro de formas de segregação social com repercussões no uso do espaço cidadão, verificando o impacto de políticas de desenvolvimento econômico e combate às desigualdades no âmbito estadual e municipal.

A apresentação da questão urbana em Fortaleza baseou-se em dados secundários e primários. Apropriou-se inicialmente de pesquisas e projetos em andamento nas secretarias municipais, estaduais e em outras instituições voltadas para a temática da cidade.

Representações e classificações espaciais, redefinição de áreas de habitação, propostas de revitalização de áreas consideradas degradadas, percepções e sentimentos sobre transformações urbanas recentes constituíram informações importantes para realização de uma caracterização geral da cidade de Fortaleza. A possibilidade de diagnóstico presente na pesquisa contemplou uma avaliação atual da cidade e uma visão de futuro para os próximos vinte anos.

Foi realizada também uma enquete com base em amostragem estratificada, tendo em vista registrar a visão projetiva dos moradores sobre Fortaleza. A organização de grupos focais voltados para pensar coletivamente os rumos da cidade para as próximas décadas foi fundamental para complementar o diagnóstico.

A perspectiva utilizada no projeto consistiu não só na identificação de áreas de segregação social, incorporando também as formas de percepção dos moradores sobre o uso do espaço. Trata-se de um processo que exigiu formas de escuta visando incorporar opiniões de setores representativos de atuação na cidade que ocupavam funções públicas e cargos de confiança em vários setores municipais. Representantes de associações profissionais e associação de moradores também se fizeram presentes no conjunto das discussões coletivas.

As questões desenvolvidas no Eixo II consideraram a importância de enriquecer os dados a partir de elementos propositivos elaborados com base em sugestões de participantes de fóruns e reuniões. Constatamos o processo de escuta como momento oportuno de indução da reflexão, debate e sistematização de idéias sobre um diagnóstico propositivo da cidade. Tratou-se de reforçar uma forma de participação de segmentos da população que se sentiram motivados a expressar seus pontos de vista a partir de questões suscitadas nos debates e fóruns específicos. Importa destacar que o processo de escuta foi sempre muito valorizado por convidados presentes em eventos realizados na Câmara Municipal, assim como grupos focais que compareceram à Universidade, gerando intensa discussão sobre os rumos da cidade.

4.2.2 Problemas, proposições e justificativas.

Os participantes de grupos focais apresentaram os problemas e demandas para a cidade de Fortaleza, apontando também ações abrangentes e não restritas ao espaço urbano.

Problema:

Crescimento econômico e populacional desordenado de Fortaleza.

Proposições:

Incentivo à agricultura e a interiorização da indústria; equilíbrios nos investimentos públicos em toda a cidade; descentralização dos investimentos sociais no Estado e em Fortaleza (hospitais, creches, escolas, postos de saúde); investimentos em concurso público para profissionais da educação, saúde, segurança pública, tendo em vista garantir o funcionamento das estruturas e equipamentos municipais, sobretudo na periferia; e promoção de uma maior interação entre os setores produtivos e as instituições de pesquisa.

Justificativa:

As políticas na área industrial não devem ser unicamente pautadas por princípios de mercado. Essa conduta tem produzido efeitos negativos na medida em que: a) as empresas se localizam temporariamente em um determinado espaço para se apropriar das vantagens associadas aos incentivos fiscais e financeiros e abandonam a região tão logo os mesmos terminam; b) estimula uma concentração espacial dos investimentos das empresas incentivadas na RMF. Benefícios devem ser concedidos preferencialmente às empresas que investirem em áreas deficientes em termos de empreendimentos industriais.

O crescimento econômico engendra fortes recomposições, podendo aprofundar o dualismo sócio-espacial nas áreas receptoras e naquelas de suas influências. Por exemplo, o desenvolvimento de infraestrutura necessária à integração do setor produtivo no circuito de troca no âmbito regional/nacional/mundial amplia a fragmentação urbana entre os espaços “ganhadores” e “perdedores”.

Especificamente, a concentração de projetos estruturantes em poucas regionais, embora importantes para o crescimento do Produto Interno Bruto de Fortaleza, ocasiona desequilíbrios no processo de crescimento e planejamento.

A disponibilidade de uma ampla oferta de mão-de-obra com a qualificação apropriada para as tarefas que realiza, associada à capacidade empresarial e organizacional em um ambiente adequado de inovação, estimularão o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL's).

Nesse sentido, torna-se crucial que as instituições de pesquisa e de capacitação tecnológica procurem atuar no acompanhamento da evolução tecnológica das empresas e no treinamento da mão-de-obra. Neste caso, as universidades públicas têm um papel fundamental.

Problema:

Segregação residencial e no uso do espaço público

Proposições:

Requalificação e planejamento dos espaços urbanos, objetivando a não concentração de moradias e atividades profissionais por faixa de renda; apropriação estatal dos imóveis abandonados; prioridade concedida à construção de casas populares para a população que ganha até três salários mínimos; planejamento do governo para dar subsídio ao turismo de compras no centro da cidade; e fortalecimento do comércio dos bairros, principalmente na periferia.

Justificativa:

É importante melhorar o acesso à moradia das classes populares. No caso específico de Fortaleza, a aplicação de um dispositivo de regulação da zona urbana permitiria uma redução substancial dos domicílios vagos.

Ademais, uma política habitacional mais includente passaria pela criação de mecanismos de regulação (tributação, compras de terrenos pelo poder público visando uma urbanização futura) com o objetivo de evitar movimentos especulativos em relação aos preços de terrenos e imóveis.

A segregação do espaço público diz respeito não só a oferta desigual de moradias, mas também ao acesso ao comércio. A dinamização do espaço público supõe a valorização de atividades já existentes, como o comércio ambulante.

Uma tendência que se observa em nível mundial é justamente o comércio dos bairros. Em cidades com grandes problemas de mobilidade urbana, torna-se cada vez mais importante incentivar esse tipo de comércio. Esse modelo evita grandes deslocamentos

das famílias para realizar suas compras. Nesse sentido, é preciso fortalecer o comércio de proximidade, baseado em pequenos empresários, principalmente na periferia.

Problema:

Disparidades socio-espaciais na cidade.

Proposições:

Incentivo à criação de cooperativas; fortalecimento de pequenas e médias empresas por meio de políticas de crédito, fiscais e tecnológicas; melhor acesso às instituições de ensino; ampliação da educação profissional; fiscalização e efetivação das leis trabalhistas; criação de empregos para os beneficiários do Bolsa Família em troca de incentivos fiscais e financeiros; criação de programas de capacitação profissional e convênios com empresas para formalização de empregos; criação de mecanismos de “solidariedade fiscal” visando reduzir as desigualdades espaciais; e geração de mecanismos de “solidariedade fiscal” visando reduzir as desigualdades espaciais

Justificativa:

As pequenas e médias empresas (PME) têm um papel estratégico para o crescimento econômico sustentável com geração de emprego e distribuição de renda. Nessa perspectiva, a atuação do poder local torna-se determinante no sentido de estimular uma cultura de cooperação que seria firmada institucionalmente.

A criação de instituições capazes de fornecer uma gama de serviços, como treinamento, pesquisa e desenvolvimento, marketing, venda e aquisições coletivas seriam fundamentais para o fortalecimento dessas empresas. Por exemplo, a promoção das exportações das PME mediante a criação de um sistema de consórcios de empresas.

Além da cultura de cooperação, outras medidas seriam cruciais para fortalecer as PME's na cidade de Fortaleza: (1) ampliar acesso à linha de crédito especial para as pequenas e médias empresas; (2) diminuir os juros para linhas de crédito; (3) favorecer o empreendedorismo; (4) diminuir tributos das empresas que cumpram e desenvolvam relações de responsabilidade social e ambiental.

O fortalecimento das PMEs permitiria a redução do grau de informalização do mercado de trabalho na cidade Fortaleza. Vale destacar que a forte criação de empregos formais não impediu o aumento da informalidade na capital, que avança mesmo em segmentos com maior participação do emprego formal, como a construção civil e a indústria de transformação.

Ademais, a geração de empregos para os beneficiários do Bolsa Família em troca de incentivos fiscais e financeiros contribuiria para a redução das desigualdades sociais em Fortaleza.

Já a redução das desigualdades espaciais passaria pela transferência de excedente dos espaços dinâmicos geradores de riqueza para as regiões periféricas por meio de uma reorientação tanto da estrutura tributária quanto das despesas públicas. Nesse sentido, o orçamento público seria um poderoso instrumento de redução das desigualdades espaciais, ao desvincular a riqueza gerada da riqueza disponível.

Não se trata, portanto, de uma política explícita de desenvolvimento territorial, mas da adoção de mecanismos de “solidariedade fiscal” visando assegurar um equilíbrio na oferta de serviços públicos ao conjunto da população nos diferentes espaços da cidade, independentemente de sua capacidade de criar riqueza.

Problema:

Déficit de políticas públicas para pessoas abaixo da linha da pobreza na cidade.

Proposições:

Melhoria da qualidade das políticas já existentes e ampliar sua capacidade e abrangência; ampliação dos recursos para instituições que trabalham com pessoas em situação de risco; fomento a projetos culturais.

Justificativa:

É importante tratar as políticas públicas de forma mais abrangente, incorporando não só medidas econômicas como ações culturais. A ampliação e o treinamento de profissionais especializados podem contribuir para o desenvolvimento de ações criativas capazes de suscitar melhor integração econômica e cultural.

Problema:

Falta de integração entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza.

Proposições:

Construção de um comitê gestor da região metropolitana; elaboração de consórcio intermunicipal visando maior integração; investimento em transportes coletivos intermunicipais com tarifas iguais e melhorias das vias de acesso (construção do metrô); descentralização de universidades, hospitais; impulso a projetos turísticos e culturais; e operações urbanas consorciadas.

Justificativa:

Uma maior integração entre os municípios que compõem a região metropolitana é importante para diminuição da segregação e melhoria de oferta de serviços públicos. Trata-se de uma medida que poderá amenizar os efeitos negativos provocados por regiões de grande adensamento populacional. A maior integração entre os municípios pode também favorecer um planejamento para a cidade.

Problema:

Desconsideração das propostas dos movimentos sociais pelo poder público de Fortaleza.

Proposições:

Ampliação da participação de segmentos representativos da sociedade nos conselhos normativos; esclarecimento do orçamento público através de mecanismos de mídias sociais (TV e rádio); efetivação do Orçamento Participativo; mobilização de entidades para aumentar as formas de participação; fortalecimento do controle social; realização de conferências, colóquios, congressos, tendo em vista aprofundar as articulações entre a sociedade e o Estado; e criação de comissão de representantes dos movimentos sociais na fiscalização da implementação de programas e ações.

Justificativa:

Não basta a criação de requisitos legais de participação. É necessário que sejam instituídas práticas efetivas de escuta e aprofundamento de demandas populares.

Problema:

Condições precárias de infraestrutura urbana em Fortaleza.

Proposições:

Ampliação recursos para manutenção, vinculado a cada obra iniciada ou em andamento; investimento em saneamento básico nas periferias; criação de parcerias entre a prefeitura e o IAB; renovação, prevenção e manutenção de obras; redefinição dos modelos de construção, respeitando o meio ambiente; ampliação e manutenção de vias públicas, espaços e equipamentos públicos; estímulo ao planejamento conjunto entre empresa e poder público no andamento das obras e nos processos de licitação; melhoria na fiscalização de empresas que executam essas obras; e garantia de controle de qualidade dos materiais utilizados nas obras.

Justificativa:

É importante pensar as obras em sua funcionalidade coletiva. O planejamento urbano deve ser realizado envolvendo diversos segmentos da sociedade e profissionais especializados. Uma visão abrangente da cidade deve incidir sobre o controle e usos do espaço.

Problema:

Sobreposição e descontinuidade de ações provenientes de políticas públicas na cidade.

Proposições:

Fortalecimento das Secretarias Municipais de Planejamento e Infraestrutura Urbana; construção de um plano interinstitucional de políticas públicas; criação de fóruns democráticos para discussões; garantia de um nível de interligação entre essas ações; criação de comissões com membros da sociedade civil; elaboração de uma agenda pública, segundo critérios de prioridade; criação de lei de transição de gestão com foco na obrigatoriedade da avaliação dos programas e projetos sociais; acompanhamento popular dos compromissos do executivo, através de associações comunitárias e da CMF; elaboração de um dispositivo legal que garanta a continuidade de políticas e de repasse de recursos; e estímulo a uma maior integração entre os poderes municipal, estadual e federal.

Justificativa:

A sobreposição de ações realizadas por distintos órgãos traz em consequência o desperdício de esforços e a pouca operacionalidade de propósitos. Nesse sentido, as articulações entre órgãos e entre especialistas, além do envolvimento de setores organizados da sociedade podem viabilizar estratégias comuns de atuação das políticas públicas.

A proposta de continuidade e articulação de políticas públicas emergiu dos grupos focais e das plenárias realizadas na Câmara. O argumento básico era o de que havia descontinuidade entre propostas e, muitas vezes, falta de coordenação entre projetos, repercutindo sobre a consolidação de experiências.

Problema:

Falta de preservação da memória histórica e do patrimônio público em Fortaleza.

Proposições:

Tombamento dos ícones históricos; resgate o marco zero de Fortaleza; criação de novos critérios para obras públicas: concurso de idéias; retomada do Forum Adolpho Herbster para discussão sobre a cidade; criação de fóruns internacionais de discussão e comparação entre experiências de intervenção inovadoras; elaboração de leis de ação urbanística, para proibir a construção de torres em locais de difícil acesso; programa de requalificação do Centro da Cidade e da Praia de Iracema (reforma de casarões, museus etc.); e criação de leis e esquemas de fiscalização para regulamentar a construção das calçadas.

Justificativa:

A requalificação de centros urbanos supõe a valorização de práticas já existentes, tendo em vista melhor potencializar o uso do espaço. A aprendizagem feita com objetivo de inovação poderá acrescer aspectos criativos às restrições espaciais. A fiscalização de leis e discussões pode agilizar processos coletivos de intervenção.

Problema:

Estrutura educacional deficitária, com alto índice de evasão escolar na cidade.

Proposições:

Obrigatoriedade do ensino médio; ampliação da educação profissional; ampliação da educação em tempo integral para educação infantil e ensino fundamental; reestruturação do ensino noturno; criação de incentivos para os profissionais e alunos da Educação de Jovens e Adultos; combate à evasão escolar, selecionando melhor os professores e promovendo cursos de capacitação; criação de bibliotecas infantis itinerantes; fiscalização para a efetivação da política que propõe a construção da gestão democrática no âmbito das escolas municipais; fiscalização da execução do programa Mais Educação; construção de novas escolas e fim dos anexos; trabalhos educativos desenvolvidos junto às famílias; educação voltada para a cidadania, capaz de incluir jovens da periferia; projetos de educação integral e integrada; creches públicas; e criação de uma Universidade Municipal.

Justificativa:

O deficit educacional caracteriza-se por um conjunto de problemas que envolvem deficiências no ensino e falta de integração entre escola e comunidade. Nesse sentido, as ações devem estar relacionadas a medidas conjuntas nos diferentes níveis de escolaridade.

Pensar a educação de forma integral e em sentido lato traz em consequência a possibilidade de incentivar talentos e desenvolver projetos coletivos. Um sistema de parceria envolvendo participação dos governos municipal, estadual e federal viabiliza uma ação estratégica de planejamento a curto e longo prazo.

4.2 3 Considerações Finais

A interlocução e participação de atores da sociedade civil nas instâncias de execução e legislação são dois dos pontos mais importantes oportunizados pelo Pacto. Trata-se de pensar no ideal da cidade como espaço vivido e interpretado por seus habitantes, tornando os problemas permanentes objetos de reflexão e construção coletiva de estratégias de intervenção.

A realização de seminários e fóruns com participação de representantes de outras cidades, tendo em vista a troca de experiências inovadoras e a possibilidade de orquestração de ações voltadas para objetivos comuns, foi aventada como espaço fundamental para traçar planos de intervenção a curto, longo e médio prazo. Os grupos focais, assim como os fóruns de debate, enfatizaram a importância de manutenção e articulação de políticas públicas municipais, considerando a necessidade de não superpor funções e, sim, estabelecer uma espécie de divisão do trabalho nas várias secretarias.

4.3 EIXO III: QUALIDADE DE VIDA

4.3.1 Contexto

Transformações sociais e econômicas de grande intensidade têm alterado sensivelmente a qualidade de vida nas metrópoles brasileiras. A expansão da malha metropolitana para as cidades do entorno e o crescimento populacional têm ampliado e tornado mais visíveis as desigualdades sócio-espaciais. Neste processo, a apropriação de espaços públicos e áreas de preservação ambiental por grupos sociais diferenciados, ricos e pobres, têm degradado as condições de vida da população que habita as áreas de risco social e ambiental.

Políticas públicas, elaboradas com base em teorias de desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico social, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, foram aplicadas, visando superar o chamado “subdesenvolvimento” de alguns países e as desigualdades sociais e econômicas internas. Elas priorizaram o crescimento econômico, o PIB e a produção de bens e serviços, ampliando as desigualdades sociais, os conflitos e degradando o meio ambiente.

Na década de 1970, com a conferência das nações unidas para o meio ambiente, em Estocolmo, iniciaram-se os debates e a elaboração de convenções e tratados internacionais visando mitigar/reduzir os impactos ambientais, que também são sociais, e atingem todas as camadas sociais, em escala local e global.

Para os teóricos do desenvolvimento sustentável, as políticas de desenvolvimento econômico abraçaram a idéia de modernização, sem perceber que o modelo de industrialização tardia era incapaz de oferecer um modelo de desenvolvimento equilibrado para toda a sociedade. “O processo de modernização, que não foi acompanhado da intervenção do Estado racional e das correções partindo da sociedade civil, desestruturou a composição social, a economia territorial e seu contexto ecológico.” Surge a alternativa de desenvolvimento sustentável que respeitasse o tripé eficiência econômica, com justiça social e prudência ecológica.

A nova divisão social e técnica do trabalho promoveu a redistribuição da população e das atividades no país. O Ceará passou por uma reestruturação socioeconômica, no final da década de 1980. A decadência da agricultura tradicional, a inserção de novos produtos na pauta das exportações, o crescimento de alguns setores industriais e o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer contribuíram sobremaneira para aumento do PIB estadual. Nas últimas décadas, políticas públicas induziram a implantação de indústrias, sedimentação de atividades terciárias e geração de fluxos que dinamizaram o espaço, promovendo à reorganização da RMF. Mas este incremento na economia não foi suficiente para mudar o quadro de miséria no estado e conter a migração, que até os anos 1980 se dirigia principalmente para a capital, desloca-se para outros municípios da RMF e cidades médias cearenses.

A taxa de crescimento de Fortaleza, que no período de 1950-1960 atingiu o valor mais alto de sua história, 90,5%; cai nas décadas seguintes para 66,6 (1960-1970), 52,4 (1970-1980), 35,0 (1980-1990), 21,14% (1990-2000) até atingir a taxa 8,11% na década de 2000-2010.

Fortaleza reduz a sua função industrial, amplia o setor terciário, que se torna mais sofisticado, e se transforma para atender suas demandas e dos municípios sob sua área de influência. Os serviços de saúde nos hospitais públicos (do Coração, das Clínicas Geral) e privados; e de educação (ensino médio, graduação e pós-graduação) oferecidos pela capital atendem moradores não só do Ceará, mas também de outros estados. Os moradores de municípios vizinhos realizam movimento pendular diário por razões de trabalho, estudo ou em busca de serviços e bens no comércio do pólo metropolitano.

De Fortaleza também partem trabalhadores em direção a outros municípios da RMF. Este papel regional da capital tem implicações na organização e produção do seu espaço intra-urbano, exigindo equipamentos de infra-estrutura, melhoria no sistema viário e de transporte público para favorecer a circulação de pessoas e mercadorias e dar maior fluidez a cidade.

Para gerir de forma eficiente, sustentável e socialmente justa uma Cidade-Região, como Fortaleza, é preciso observar a sua escala, sua complexidade e a particularidade

de sua dinâmica de organização sócio-econômica. É impossível pensar um núcleo metropolitano isoladamente, sem considerar a sua integração na região, sem avaliar as demandas de sua área de influencia e os fluxos decorrentes. Portanto, para pensar a metrópole fortalezense nos próximos dez anos, além do planejamento urbano municipal e de políticas setoriais, impõe-se a elaboração de políticas regionais.

É necessário enfrentar os graves e desafiadores problemas acumulados na metrópole fortalezense, através da adoção de políticas sociais, econômicas e ambientais. Os investimentos públicos não têm os efeitos esperados, pois indivíduos vulneráveis não conseguem aproveitar as oportunidades oferecidas, em função do baixo nível educacional, desestrutura familiar, gravidez precoce, falta de acesso as informações, habitação em áreas distantes e/ou insalubres, estando expostas a riscos sociais e ambientais. A redução da vulnerabilidade é crucial para o aumento da sustentabilidade. Dotar os indivíduos e as famílias com capacidade de resposta a situações adversas (riscos sociais ou ambientais) favoreceria a melhoria da qualidade de vida e outras formas de inserção social. Portanto, a identificação e espacialização das áreas de vulnerabilidade social e socioambiental podem auxiliar a definição das políticas públicas.

A vulnerabilidade não está relacionada apenas à renda, mas tem como elementos fundamentais a estabilidade econômica, a estabilidade de emprego e renda, infraestrutura e serviços de qualidade nos bairros em que habitam os indivíduos. Esta desigualdade socioeconômica também se expressa em uma desigualdade ambiental, pois os grupos mais carentes ocupam áreas expostas à situação de insalubridade e sujeita a riscos sociais, naturais e ambientais diversos. Assim, a vulnerabilidade socioambiental, pode ser definida como uma área onde coexistem riscos ambientais (áreas de alta e muito alta vulnerabilidade ambiental) e populações em situação de maior vulnerabilidade social.

4.3.2 Quadro síntese dos problemas detectados.

ÁREAS VISITADAS	DESCRIÇÃO	VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL		Ambiente construídoequipamentos urbanos
		Ambiental	Socioeconômico	
Barra do Ceará	<ul style="list-style-type: none"> - População: 69.317 hab., - Localização: SER I - Duas áreas de praias (Barra e Goiabeiras); - Um dos bairros mais violentos da capital; - Presença de uma colônia de pescadores; - Número significativo de condomínios e apartamentos financiados pela CEF. Edificações anteriores ao programa Minha casa, minha vida. - Revela demanda de residência fixa não apenas por parte de setores pobre, mas também de outros com maior renda; - Realização do projeto Vila do Mar, da PMF. Construção de via litorânea e calçadão margeando toda a extensão do litoral oeste de Fortaleza. 	<ul style="list-style-type: none"> - Praia imprópria para o banho; - Águas do Rio Ceará impróprias para uso em função do lançamento de lixo e dejetos; - Presença de barracas próximas a praia; - Alteração do padrão de aporte de sedimentos ao longo dos anos, em razão da fixação de dunas, construção do porto do Mucuripe e da ponte que liga o bairro ao município de Caucaia; - problemas de saneamento básico (acessibilidade a rede de esgoto). - esgoto a céu aberto; - lixos e entulhos nas ruas e praças; 	<ul style="list-style-type: none"> - criminalidade acentuada; - prostituição infantil; - Tráfico de drogas; - Gangues; - Roubos; - homicídios - doenças (leptospirose, dengue. etc.); - carecias de espaços de lazer - equipamentos de lazer em estado precário; - desemprego - presença de jovens e crianças ociosos nas ruas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pólo de Lazer, hoje Praça de Santiago; - Ferroviário Atlético Clube; - Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza – CUCAChe Guevara; - Praças usadas para prática de esportes (basquete, skate, patins, futsal, vôlei, entre outros); - Escolas; - ONG (EMAÚS) - Motéis; - Indústrias
Barroso	<ul style="list-style-type: none"> - População: 24.116 hab., Localização: Sudoeste de Fortaleza na SER VI; - Limites: Jangurussu, Messejana, Passaré, Cajazeiras e com a comunidade Mata Galinha; 	<ul style="list-style-type: none"> - Canalização do afluente do rio Cocó; - Presença de afluente do rio Cocó canalizado; - lixo e esgotoslançados no rio canalizado 	<ul style="list-style-type: none"> - Violência (Jovens); - Ocorrência de assaltos; - Condições precárias - habitaçõesinsalubres - ocupações irregulares; 	<ul style="list-style-type: none"> - terrenos vazios em oferta no mercado imobiliário; - presença de indústrias têxtil e de informática; - Empresas de pequeno e médio porte; - Escolas;

	<ul style="list-style-type: none"> - Principais localidades: Jardim Violeta, Jardim da Gloria, Raquel de Queiroz, etc - bairro eminentemente residencial 	<ul style="list-style-type: none"> - Acúmulo de lixo ruas e praças (?) 		<ul style="list-style-type: none"> - Posto de Saúde; - Praças; - loteamentos - comércio informal;
Cais do Porto/ Serviluz	<ul style="list-style-type: none"> - População: 21.529 hab., - Localização: litoral leste na SER II; - Praia do Mucuripe, Titanzinho Lixo e luxo andando juntos; - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) de 0,386; - 90% da população é beneficiada com o Bolsa Família; - 80% têm apenas o Ensino Fundamental e vivem na informalidade; - 20% dos moradores sobrevivem da pesca; 	<ul style="list-style-type: none"> - Favelas nas praias, nos rios e nas ruas; - Esgoto pelas calçadas; - Desmonte de Dunas; - Poluição das praias; - Acúmulo de lixo; - Riscos de contaminação da natureza com os equipamentos petrolíficos tóxicos e inflamáveis; mercados e restaurantes; - Moradias precárias sem saneamento básico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perigo de morar próximo a Linha Férrea; - Violência; - gangues; - Local propício a desmoronamento; - Território das drogas; - Prostituição; - Risco de contaminação da população com a proximidade de produtos tóxicos e inflamáveis; 	<ul style="list-style-type: none"> - Porto do Mucuripe; - Complexo Petroquímico - Farol; - Indústrias; - CRAS; - Escolas; - Poucas praças abandonadas; - Gasoduto/ Petrobrás; - Linha Férrea; - Praia como Lazer; - Grupo M. Dias Branco;
Jangurussú	<ul style="list-style-type: none"> - População de 63.401 hab., situa-se na SER VI; - é o 3º maior de fortaleza, área 1.558,2 ha e 17.819 domicílios; - - Faz limite com: Messejana, Ancuri, Município de Itaitinga, Conjunto Palmeiras, José Walter, Passaré e Barroso; - é composto de mais de 15 comunidades; - condomínios que provem do programa minha casa e minha vida. Essa pequena parte do Bairro vem 	<ul style="list-style-type: none"> - construção do aterro de lixo, fica localizado às margens de um afluente do rio Cocó, no lado leste de fortaleza, e é caracterizado por ser um bairro extremamente populoso; - canalização do Rio Cocó; - Lagoa poluída; - Acúmulo de lixo pelo Rio Cocó; - casas construídas de formairregular junto as margens do rio Cocó, altamente poluído pelo lixo acumulado pelo antigo lixão do 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de equipamentos públicos de cultura e lazer; - violência; - drogas; - gangues; - criminalidade entre os jovens; - doenças; - falta de saneamento básico; 	<ul style="list-style-type: none"> - escolas; - creches; - conjuntos habitacionais; - funilarias; - condomínios (minha casa, minha vida); - comércio; - posto de saúde;

	<p>ganhando nova face arquitetônica, com condomínios de padrão médio, ruas pavimentadas, e grande presença de construções particulares, valorização dos terrenos e especulação imobiliária;</p>	Jangurussu		
Lagamar	<ul style="list-style-type: none"> - Localiza-se entre os bairros São João do Tauape, ao norte, Alto da Balança, ao sul, BR-116, a oeste, Avenida Raul Barbosa ao leste; - O canal divide o bairro em dois lados, de um lado está São João do Tauape e do outro Alto da Balança; - A ocupação consta da década de 1930, mas oficialmente, segundo moradores são constituídos na década de 1950, precisamente em 1958, por efeitos da seca no Ceará; - Área densamente ocupada; - Predominância do comércio local; - Pequenas residências e alturas modestas e sem quintais; - As casas não possuem título da terra e nem escritura; - Uma área de terrenos de brejo e manguezais, já que o local está sob influência dos ciclos das marés e das cheias do Rio Cocó e do Riacho do São do Tauape. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande quantidade de lixo doméstico, com sacolas, móveis, entulho da construção civil dentro do canal; - O esgoto a céu aberto e autoconstrução de esgoto por parte da população local que faz o esgoto e os efluentes são jogados no Rio Cocó. - Os dejetos das residências são despejados diretamente no canal no Lagamar; - intenso processo de eutrofização; - Área bastante impermeabilizada, dificultando a infiltração da água; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da violência; - tráfico de drogas; - inundações e enchentes; - falta de saneamento básico em toda a área; - Precariedade nos serviços públicos; - Falta de esgoto; - Falta de emprego, principalmente para os jovens; - Ocupações irregulares; - Doenças; - Violência; - Gangues 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola; - Posto de Saúde; - Pequenas Fábricas; - Casas Populares (autoconstrução);
Lagoa do Papicú				

Manuel Dias Branco	<ul style="list-style-type: none"> - População de 1.594 hab., situa-se na SER II; - Anteriormente chamado de Dunas, o bairro mudou para Manuel Dias Branco em 2007; - bairro localizado entre o Papicu e a Praia do Futuro II, principalmente entre as avenidas Santos Dumont e Alberto Sá; - possui distintas áreas e características: vazios urbanos e áreas abandonadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação irregulares e regulares em cima de dunas 	<ul style="list-style-type: none"> - desmoroamento; - soterramento 	<ul style="list-style-type: none"> - casas e prédios de alta densidade; - lojas; - Destacam-se dois equipamentos particulares importantes: a Faculdade Nordeste (FANOR) no final da Av. Santos Dumont e a Via Sul, uma concessionária de carros FIAT; - Escola
Margens do rio Maranguapinho	<ul style="list-style-type: none"> - Um dos mananciais do rio Ceará; - Localiza-se na porção oeste de Fortaleza; - A Bacia do Maranguapinho possui 84, 73 km²; - Predominantemente detritica, o rio Maranguapinho em Fortaleza tem 15,5 km²; - Localiza-se numa zona predominantemente residencial, com densidade populacional elevada; - Existência do Projeto Rio Maranguapinho que prevê para a área a retirada da população que reside na planície de inundação do rio e a urbanização do local. Algumas famílias já foram indenizadas e já se observam obras na área. 	<ul style="list-style-type: none"> - ocupações irregulares nas margens do rio Maranguapinho, no entanto, em processo de desocupação; - As margens do rio são utilizadas como depósito de lixo; - poluição hídrica por esgotos domésticos e por resíduos sólidos. Muito entulho e resto de móveis são jogados nas margens e no canal fluvial deste rio; - instaladas nas margens do rio dois pequenos depósitos de reciclagem 	<ul style="list-style-type: none"> - risco de contaminação devido à água poluída do rio, o lixo que se acumula em suas margens e a área não ser totalmente atendida pelo saneamento básico. - rios de inundação estão sendo amenizados, pois parte da população residente na planície de inundação do recurso hídrico que corta os bairros que margeiam o rio estão sendo retirados por meio de indenizações; - Gangues 	<ul style="list-style-type: none"> - escolas; - comércio formal e informal (setor alimentício, vestuário, imóveis, farmácias, lotéricas); - posto de saúde; - praças e parques; - casas populares

<p>Messejana</p>	<ul style="list-style-type: none"> - População de 38.374 hab., situa-se na SER VI; - área de expansão da cidade; - duas rodovias cortam o bairro a CE-040 (Litoral Leste) e a BR-116 (Centro-Sul), deslocando as pessoas para o interior do Estado; - se destaca por sua lagoa (cartão-postal do bairro) e por sua feira, uma das mais populares da Cidade. Funcionando aos domingos, a feira contribui para a sociabilidade da população. Além dela, outro ponto de encontro é a Igreja Matriz, no Centro do bairro que lembra uma cidade do Interior; Messejana, antigo bairro de sítios e grandes propriedades, um destaque hoje no setor imobiliário com a média do metro quadrado em R\$ 1.839,00; - O bairro tinha uma quantidade muito grande de terrenos estocados, pois era uma região com muitos sítios e isso, aliado a infraestrutura de avenidas, fez com que muita construção fosse realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição da lagoa de Messejana; - Ocupações irregulares as margens da lagoa; - lixo nas ruas 	<ul style="list-style-type: none"> - Violência; - Criminalidade; - Gangues; - Doenças; - Inundações; - trânsito intenso 	<ul style="list-style-type: none"> - Hospitais; - Escolas; - Faculdades; - Terminal Rodoviário Ônibus Intermunicipal; - Terminal Rodoviário de Ônibus Integração; - Secretaria Regional Executiva (SER VI); - Detran - Comércio e serviços abundantes; - Indústrias; - Clubes de lazer; Restaurantes; - Conjuntos Habitacionais; - Casas; - Posto de Saúde
<p>Morro Santa Terezinha/ Vicente Pinzón/ Castelo Encantado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - População de 39.551 hab., situa-se na SER VI; - Lojinhas e comércios populares; - Áreas de desapropriação para o Metrofor e em alguns terrenos nas praias; - Áreas impactadas pelas obras da 	<ul style="list-style-type: none"> - presença de lixo nos rios e nas ruas; 		<ul style="list-style-type: none"> - Escolas (CAIC); - Praças abandonadas;

	Copa de 2014;			
Pirambú/ Cristo Redentor	<p>- População de 47.367 hab., situa-se na SER I;</p> <p>- Em linhas gerais, em termos de equipamentos de lazer no Pirambu podemos encontrar algumas pequenas praças e quadras, o Pólo de lazer na área onde se localizava o antigo kartódromo, próximo ao quartel da marinha, e a faixa de praia, utilizados para a prática de esportes e caminhadas pela população local.</p> <p>Infelizmente, perfazendo regra na cidade de Fortaleza, as praças e demais equipamentos públicos de lazer apresentam problemas estruturais e de suporte, tal como bancos quebrados, luzes queimadas, quadras em péssimo estado, etc.</p> <p>Some-se a isso a falta de segurança para a população em geral, que em tais circunstâncias se torna refém da criminalidade</p>	<p>- abertura de fossas sépticas, que posteriormente são lançados ao mar sem tratamento dos efluentes, bem como pela própria ocupação de uma área imprópria para instalação de residências, em função das dinâmicas próprias das faixas de pós-praia e berma, que estão envolvidas com o movimento natural de deriva litorânea, impedindo, dessa forma, o livre transporte e reposição de sedimentos;</p> <p>- lixo acumulado;</p> <p>- Por não dispor dos serviços básicos de saneamento aparecem como fator de risco, uma vez que, a composição arenosa do ambiente no qual se encontram instaladas torna fácil a infiltração e, conseqüentemente, potencializa a possibilidade de contaminação do solo, bem como a disseminação de agentes patogênicos</p>	<p>- insegurança, ao consumo e a comercialização de drogas nas praças e outros logradouros públicos a noite. Outro elemento apontado pela população local como gerador de problema é o avanço da prostituição, principalmente, no que se refere às vias de maior circulação do bairro;</p> <p>- Doenças</p>	<p>- pequenas praças e quadras, o - - Pólo de lazer na área onde se localizava o antigo kartódromo, próximo ao quartel da marinha;</p> <p>- lojas;</p> <p>- supermercados;</p> <p>- ONG</p> <p>- Ilha digital (IFCE);</p> <p>- Escolas;</p>
Praia do Futuro I	<p>- População de 2.917 hab., situam-se na SER II;</p> <p>uma ocupação razoavelmente densa;</p> <p>- poucas casas unifamiliares;</p> <p>- numero relevante de condomínios e prédios, concentrados na Avenida Dioguinho e as ruas adjacentes;</p> <p>- Área de vazio urbano localizado</p>	<p>- Ocupação urbana irregulares em cima de dunas;</p> <p>- Acúmulo de lixo;</p>	<p>- ressaltamos que na Praia do Futuro I se propõe uma "disputa" pela faixa praiana pelo uso de barracas destinado à turistas e uma demanda local;</p> <p>- doenças</p>	<p>- Em alguns vazios, existem a presença de ocupações subnormais, porém, em sua grande maioria, os vazios são totalmente abandonados (alguns com muros quebrados e outros sem nenhum tipo de marcação ou limites);</p> <p>Barracas;</p> <p>Hotéis e Pousadas;</p>

	<p>principalmente na porção direita (continental) da Av. Dioguinho;</p> <ul style="list-style-type: none"> - caracteriza-se por um local de lazer destinado ao turismo e à uma demanda local. 			<ul style="list-style-type: none"> - Escolas; - Comércio local; - Prédios e Condomínios; - Juizado Especial
Praia do Futuro II	<ul style="list-style-type: none"> - População de 7.651 hab., situa-se na SER II; - Tem uma ocupação menos densa do que a Praia do Futuro I. - Existe um considerável número de condomínios e prédios novos com muitos andares, concentrados na Avenida Dioguinho e as ruas adjacentes; - Adensamento dos vazios urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupações irregulares próximas ao Rio Cocó de alta densidade; - A área possui acúmulo considerável de lixo e entulhos em locais próximos às dunas móveis e avenidas (Zezé Diogo, Dioguinho) e ruas adjacentes 	<ul style="list-style-type: none"> - desmoronamento; - soterramento 	<ul style="list-style-type: none"> - O comércio varejista local; - Lanchonetes, bares, mercadinhos e depósitos de construção, - Hotéis e pousadas; - Prédios e condomínios; - Escola
Margens riacho Maceió	<ul style="list-style-type: none"> - Inserido no Parque Ecológico Riacho Maceió criado em 21/06/1994 (lei 7.549); - Um dos mananciais da Bacia da Vertente Marítima; - Um dos eixos macrodrenantes da bacia; - Apresenta alta densidade populacional; - Evidencia reflexos negativos na drenagem e no sistema viário dessa região 			-
Sabiaguaba	<ul style="list-style-type: none"> - População de 2.759 hab., situa-se na SER VI; - área protegida ambientalmente, a ocupação é dispersa e localiza-se principalmente às suas bordas 	<ul style="list-style-type: none"> - Existe uma ocupação próxima ao Rio Cocó por casas de veraneio, porém, muitas delas, são abandonadas; - Ao sul e oeste, são pressionadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Deslizamento; - enchentes; - Doenças 	<ul style="list-style-type: none"> - Comércio, - Casas; - associações comunitárias; - Ponte;

	<p>(Aquiraz, Cofeco, Praia do Futuro II e Messejana);</p> <ul style="list-style-type: none"> - A APA da Sabiaguaba, chamado de <i>Parque Natural das Dunas de Sabiaguaba</i>, foi criada em 12/02/2006; <p>O Parque Natural tem em sua extensão dunas, passa por mangues e termina na foz do Rio Cocó, na <i>Praia da Sabiaguaba</i>;</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Área de vazios urbanos</i> 	<p>pela ocupação dispersa da Grande Messejana e Lagoa Redonda e Porto das Dunas, respectivamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - lixos e entulhos; - Ao redor da área protegida, possui uma presença considerável de domicílios, devido à expansão urbana de Fortaleza pelos bairros de Lagoa Redonda e Precabura, além do Porto das Dunas; <p>Poluição dos rios e lagoa</p>		
Titanzinho	<ul style="list-style-type: none"> - Praia que é uma pequena bacia artificial; orgulho dos moradores do bairro; - local de pescadores; - Reduto de surfistas e ponto de mergulho; - Polêmica do Projeto do Estaleiro que acabou não sendo executado; 		<ul style="list-style-type: none"> - Violência; - Drogas; - Gangues; - Ociosidade dos seus moradores; - soterramento pela faixa de praia das casas próximas ao mar 	<ul style="list-style-type: none"> - Praças e Quadra de Esporte sem manutenção; - Posto de Saúde; - Escola; - Construção de casas por meio de mutirão; - Casa do Idoso; - Associação de Moradores; - Organizações Não-Governamentais;
Vila Velha	<ul style="list-style-type: none"> - População de 49.468 hab., situa-se na SER I; - o comércio em sua maioria é informal; - APA do Rio Ceará; - Os poucos espaços “vazios” são caracterizados pela existência de áreas naturais ainda não ocupadas em função das dinâmicas naturais, mas que vivem sob constante ameaça de ocupação, ocasionando supressão de seus elementos originários através do estabelecimento de residências precárias 	<p>- a comunidade continua em expansão, uma vez que, avança sobre a área de manguezal, nota-se a conformação irregular de urbanização periférica com o adensamento de residências precárias em áreas impróprias para residência, em função dos atributos inerentes ao ambiente natural (área de manguezal) fortemente suscetível a mudanças decorrente do regime de marés altas e baixas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - conflitos ocorrem por conta de consumo e tráfico de drogas, seguidos de casos de violência; - prostituição 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas; - existência de conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura de Fortaleza, residências construídas pela própria comunidade em regime de autoconstrução e condomínios financiados pela Caixa Econômica Federal; - Indústrias

		<p>que altera o volume de águas nas áreas à margem do Rio Ceará. Não é difícil encontrar algumas construções que foram iniciadas e posteriormente abandonadas em função de alagamentos periódicos. Contra essa tendência natural do ambiente estuarino, muitos caminhões despejam cargas e mais cargas de lixo proveniente de atividades da construção civil nas áreas constantemente alagadas, modificando dessa maneira as dinâmicas naturais e ocasionando danos ambientais. Esses danos podem ser percebidos também no que concerne a qualidade das águas dos mananciais hídricos com a possível contaminação da água decorrente do despejo de lixo e do lançamento de efluentes in natura, pois a maioria da comunidade não dispõe de saneamento básico. A utilização de fossas sépticas se torna corrente em uma área frágil que deveria representar uma área de proteção ambiental;</p> <p>- impermeabilização de vias públicas. Há cerca de 3 anos uma obra de asfaltamento foi realizada em algumas vias. Isso possibilitou a redução de poeira em suspensão em algumas áreas. Por outro lado, tal obra implicou na redução da capacidade de infiltração das águas</p>	
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

		pluviais nas áreas mais altas e, por conseguinte, na acumulação de água nas áreas mais baixas, bem como a formação de córregos		
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

4.3.3 Proposições:

Medidas no Domínio da Educação:

Mudança de mentalidade através de uma educação voltada ao fortalecimento do orgulho pela cidade e do sentimento de pertencimento, visando tornar cada cidadão responsável e fiscal de sua rua, seu bairro e cidade; educação ambiental voltada aos gestores públicos, legisladores, empresários, funcionários das repartições públicas etc.; incorporação do *marketing* do verde na delimitação das políticas públicas; e incorporação do verde como variável de valorização dos empreendimentos privados.

Medidas Administrativas:

Criação de Órgão de Planejamento Urbano e Ambiental, responsável pelo estudo, tratamento e proposição de medidas de intervenção na cidade, pautadas na justiça social e ambiental; criação de órgão de fiscalização ostensiva e com poder de punição; elaboração de nova lei de uso e ocupação do solo, primando pela construção de uma cidade justa socialmente e ambientalmente.

Mudanças Tecnológicas:

Adoção de modelo de urbanização pautado: na produção de energia alternativa, com o tratamento dos resíduos; na viabilização de transporte coletivo, no sentido de reduzir a emissão de poluentes e congestionamento urbano; na adaptação ao clima, com construção de imóveis a permitir a amenização da temperatura (conforto térmico); na construção de imóveis pautada em novas tecnologias, utilizando-se de material reciclável; na incorporação de novo estilo de vida, centrado na noção de sustentabilidade.

Outras Proposições:

Elaborar plano de ação preparando Fortaleza para as mudanças climáticas, principalmente para sua zona costeira, evitando agravar os riscos sociais e ambientais; priorizar educação para alcançar uma qualidade de vida com justiça social e ambiental plena; criar um banco de dados para subsidiar os órgãos de planejamento e execução, visando o enfrentamento dos problemas socioambientais; elaborar projeto de lei para incentivar a coleta seletiva em Fortaleza; regulamentar Plano Diretor e elaborar leis complementares (LUOS, Código ambiental, Código de obras, Mobiliário Urbano e Plano viário, Sistema Viário Básico, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), Lei das Zonas de Interesse Social -ZEIS) ; ampliar as áreas

permeáveis e arborizadas em lotes destinados a edificações na LUOS, pois as galerias pluviais e os esgotos não têm suporte para drenar as águas no período de chuvas intensas, provocando alagamento nas ruas da cidade. O nível de impermeabilização do solo e sub-solos (garagens), com asfalto, cimento nas praças, construções sem respeitar os afastamentos, impede que as águas pluviais sejam absorvidas pelo solo, acumulando-se nas ruas, galerias pluviais, misturadas ao lixo, provocando inundações de espaços públicos e privados e doenças ; fiscalizar e punir as edificações/empresas, que não cumprem a legislação de reserva de áreas permeáveis ; rever a LUOS, observando as áreas que não suportam adensamento populacional e verticalização por carência de infra-estrutura e serviços ; investir em transporte público de qualidade ; instalar áreas verdes em setores estratégicos da cidade de Fortaleza ; ampliação de áreas verdes com incentivo ao plantio de árvores por particulares; criar corredores ecológicos interligando as áreas verdes e de preservação ambiental de fortaleza ; recuperar, proteger e fiscalizar a vegetação das margens de rios e lagoas; criar parques nos entornos de lagoas, rios e riachos; criar o parque do Alagadiço – Parque Raquel de Queiroz, beneficiando a zona oeste de Fortaleza, carente de áreas verdes e espaços de lazer ; fiscalizar as áreas de proteção ambiental para impedir a ocupação; criar áreas de lazer e parques nas margens dos recursos hídricos ; proibir e fiscalizar o lançamento de lixo, esgoto e águas servidas nos recursos hídricos, galerias pluviais e praias ; limpar e desassorear rios e lagoas ; remanejar/relocar edificações de áreas vulneráveis ambientalmente e socialmente para outras adequadas com infra-estrutura e serviços ; proibir o lançamento de águas pluviais nos esgotos, que em períodos de chuvas intensas provocam extravasamento e poluição ; ampliar a rede de esgoto, responsável por doenças veiculadas por insetos, roedores e outros.

4.4 EIXO IV: MOBILIDADE URBANA

4.4.1 Contexto

A mobilidade da cidade de Fortaleza encontra-se comprometida por diversos aspectos. Segundo o escopo da proposta de trabalho desenvolvida, foram investigados aspectos relacionados ao transporte não motorizado – pedestres e ciclistas – e a movimentação da carga urbana na área central de Fortaleza.

Assim, quando se pensam propostas nos curto e médio prazos, pode-se mencionar diretrizes e ações que, mesmo com a necessária aplicação de recursos, dar-se-ão em uma escala inferior quando comparadas à implementação de sistemas e tecnologias voltadas ao transporte coletivo urbano.

O que se pretende com as propostas adiante apresentadas é tornar a mobilidade urbana de Fortaleza mais dinâmica, uma vez que insere o transporte não-motorizado, portanto mais sustentável em variados aspectos, na complementação das viagens realizadas hoje pelo sistema de transporte em seus terminais de integração. Também foram inseridas proposições envolvendo a movimentação de mercadorias na cidade, uma vez que esta é responsável por parte dos congestionamentos hoje presenciados.

É apresentado ainda, em atendimento a algumas sugestões propostas pelos participantes das entrevistas e seminários desenvolvidos ao longo do estudo, recomendações para a melhoria do sistema de transporte coletivo que, no caso, até o presente momento, somente se dá quase exclusivamente pelo modo rodoviário, sendo percebida uma insatisfação generalizada por parte dos usuários cativos deste sistema.

A abordagem necessária para o tratamento desta problemática envolve uma soma de recursos humanos e monetários que não foram contemplados na elaboração deste Estudo, sendo que a equipe do Eixo IV, ao final, apresentará apenas algumas diretrizes gerais voltadas à melhoria do nível de serviço, de forma objetiva, tomando por base as discussões já apresentadas em outros estudos desenvolvidos.

4.4.2 Problemas, Proposições e Justificativas

Transporte Não-Motorizado

Problema

O Código de Obras e Posturas vigente no município (formulado em 1981) não contempla todas as variáveis necessárias para a completa acessibilidade física dos espaços (usos coletivo e privado).

Proposição

O Município de Fortaleza deverá atualizar seu Código de Obras e Posturas - COP, contemplando os quesitos necessários ao atendimento das normas e leis da acessibilidade. Assim, deverá possuir seu próprio instrumento de análise, como é o caso de um COP para o qual também se voltam outros planos e projetos da cidade.

Justificativa

Cada cidade deve possuir seu próprio código de obras e posturas. Uma vez estabelecido, o mesmo instrumento poderá ser empregado nas ações de fiscalização de obras. Em etapa anterior, também será empregado quando da permissão de construção, por meio de alvarás, os quais terão esta anuência após a devida verificação de seus aspectos construtivos em acordo com as normas de acessibilidade, também observados no próprio código.

Problema

Falta de padronização de calçadas e passeios no município, dificultando a circulação dos pedestres.

Proposição

O Município deverá implantar um programa de padronização de calçadas, o qual obedecerá ao emprego de dimensões mais adequadas de passeios para cada área da cidade, além de obedecer aos padrões de revestimento correlatos. Esta padronização poderá estar contida na reformulação do código de obras e posturas do município ou por meio de legislação específica de calçadas, como já existe em outros municípios brasileiros. A padronização deverá se basear nos princípios de segurança e autonomia

do pedestre, presentes nas normas da ABNT, com a exigência de padrão do tipo de revestimento, o qual deverá se apresentar harmonicamente com demais equipamentos e mobiliários porventura existentes.

Justificativa

O sistema viário voltado ao pedestre é responsabilidade do município por ser configurado como um serviço de uso público. Mesmo constando os padrões de calçadas no código de obras e posturas de Fortaleza (de 1981), percebe-se que, por não ter sido observado a contento ao longo dos anos, a cidade teve sua microacessibilidade comprometida, verificando-se a existência de inúmeras barreiras físicas no cotidiano dos que andam a pé. Ainda no antigo código, a construção e a manutenção são delegadas ao dono do lote – modelo de gestão que se manifestou inapropriado e, portanto, revisto, por diversos municípios brasileiros. É válido salientar que, em vários municípios brasileiros, a iniciativa privada tem enorme participação nas obras de adequação por meio de parcerias, o que poderá viabilizar a construção adequada de passeios e calçadas em áreas comerciais já nos próximos cinco anos.

Problema

Falta de um órgão/equipe que se encarregue de propor e operar um sistema viário de calçadas, tratando de sua construção adequada e das reformas necessárias, portanto de sua fiscalização.

Proposição

O Município designará equipe de projeto que analise as reformulações solicitadas por cada dono de lote. Ou seja: quaisquer modificações necessárias envolvendo o passeio de uma rua (ou parte dela) deverão ser realizadas após a anuência do referido órgão gestor. As solicitações deverão ocorrer por meio de formulário padrão, no qual constarão as obrigações das partes e os prazos a serem obedecidos.

Justificativa

No que se refere às construções e reformas de calçadas e espaços públicos abertos, estes deverão se ajustar à legislação nacional vigente de acessibilidade, bem como às normas da ABNT, contemplando, desta forma, os detalhes normativos de todos os aspectos que, de fato, tornam uma calçada acessível. Para tanto, é necessário existir dentro do

Município equipe capacitada e voltada às questões que envolvam acessibilidade, a começar pelos espaços abertos e de uso coletivo.

Problema

Escassez de espaços cicloviários na cidade de Fortaleza, com exceção de alguns trechos viários com ciclovias, mas sem conexões com o sistema viário básico da cidade.

Proposição

Conforme informações levantadas nas entrevistas realizadas com ciclistas, trabalhadores da indústria, comércio, e da construção civil, realizadas próximo aos terminais de integração, foram identificadas as linhas de desejo dos deslocamentos destes usuários. Analisando estes percursos, foram identificadas suas principais rotas: sentido leste/oeste (ou oeste/leste) na zona norte da cidade e na zona sul; sentido nordeste/sudoeste; e sentido norte/sul (ou sul/norte) na zona leste da cidade e na zona oeste. Definidas as rotas, foram pesquisadas as vias mais adequadas para a implantação de ciclovia ou ciclofaixa, sendo também definidos os perfis viários incluindo estes espaços cicloviários.

Justificativa

O crescimento das cidades, aliado à rápida motorização, contribui para a deterioração das condições ambientais do planeta. Em 1992, a Agenda 21 (Senado Federal, 1997) alerta para os problemas decorrentes do aumento da taxa de motorização e a necessidade de otimizar os escassos recursos utilizados em infraestrutura viária para benefício equânime de toda a população, evitando privilegiar apenas as classes mais favorecidas que fazem uso do automóveis. Este projeto objetiva identificar as principais rotas percorridas pelos ciclistas, operários da indústria, do comércio, e da construção civil, com o propósito de promover viagens mais seguras e confortáveis, e oferecer maior mobilidade e acessibilidade aos seus destinos.

PROPOSIÇÕES ACERCA DO TRANSPORTE URBANO DE CARGAS

Problema

Existência de veículos realizando operações de carga e descarga nos horários de pico, estacionando na via e comprometendo, assim, as condições de mobilidade do tráfego geral nas áreas centrais de Fortaleza.

Proposição

Necessidade da adoção de medidas mais restritivas quanto aos dias e horários para a realização de operações de carga e descarga nas áreas mais adensadas e com maior movimentação da cidade (casos do Centro, Aldeota, Meireles, Montese, dentre outros), com uma fiscalização mais efetiva, incluindo a utilização de equipamentos eletrônicos, que inibam o descumprimento da legislação vigente.

Justificativa

As operações de carga e descarga dos veículos são, em sua maioria, realizadas em estacionamentos na via (paralelo ao meio-fio), prejudicando a circulação do tráfego geral, especialmente nas vias com largura estreita, uma vez que o espaço ocupado por estes veículos reduz a capacidade da via em alguns trechos para apenas uma faixa de tráfego, resultando em congestionamentos. Além disso, a operação de carga e descarga interfere no trânsito dos pedestres nas calçadas, uma vez que estes espaços são utilizados para a transferência das mercadorias entre os veículos e a loja. Foi observado em várias situações nos locais visitados que os pedestres precisam desviar das calçadas obstruídas pelo acúmulo de mercadorias, trafegando na pista de rolamento, situação que leva ao comprometimento das condições de segurança.

Problema

Comprometimento das condições de fluidez do tráfego pela circulação de veículos de carga com dimensões incompatíveis com a geometria de algumas vias da cidade.

Proposição

Adoção de medidas restritivas para as dimensões dos veículos que podem circular nas áreas mais congestionadas da cidade e que possuem vias estreitas.

Justificativa

A adoção de medidas restritivas para a circulação de veículos de carga com base apenas no seu peso, como, por exemplo, a restrição de veículos com tara maior que 2,0 toneladas, critério adotado atualmente na cidade de Fortaleza, não considera alguns problemas decorrentes das dimensões destes veículos.

As características dos veículos trazem impactos importantes em seu comportamento durante a realização de manobras em interseções e para operações de estacionamento, seja este estacionamento realizado na via ou dentro dos lotes. Dentre os problemas observados podem ser mencionados a baixa velocidade exigida para a realização destas manobras, comprometendo a fluidez do tráfego dos demais veículos, a ocupação de áreas que ultrapassam os limites da faixa de tráfego destinada a acolher o veículo, resultado na invasão de faixas de tráfego adjacentes, invasão de áreas de estacionamento na via, calçadas e canteiros centrais, podendo causar danos físicos à infraestrutura de entorno das via e, ainda, representando riscos para a segurança de pedestres.

Além do problema observado durante a manobra dos veículos, vale ressaltar que a largura do veículo é outro fator importante a ser considerado para os veículos que realizam operações de carga e descarga estacionados na via (junto ao meio-fio), uma vez que, em função do espaço ocupado, ocorre uma redução na largura da via disponível para a circulação dos veículos, comprometendo a capacidade de fluidez das vias.

Algumas cidades, com é o caso de São Paulo, têm estabelecido limites máximos para a largura e comprimento de veículos de carga que podem circular em determinadas áreas da cidade, visando mitigar estes problemas.

Problema

Inexistência de articulação entre as empresas transportadoras de carga, o comércio em geral e o órgão gestor no sentido melhor propor e executar políticas voltadas à mobilidade urbana da carga.

Proposição

Criação de fóruns de discussão (no curto prazo) envolvendo os diversos atores da carga urbana (transportadores em geral, varejistas, serviços, gestão pública, dentre outros), no

sentido de aglutinar esforços para a viabilidade de ações voltadas à melhoria do uso dos espaços viários. Para os médio e longo prazos, aplicar as medidas apontadas (surgidas das discussões) visando à eficiência dos recursos envolvidos na movimentação das cargas. Isso implicará diretamente na melhoria da qualidade de vida das áreas envolvidas, tanto pela diminuição de congestionamentos, como pela melhoria do meio ambiente urbano.

Justificativa

Muitos países se preocupam com a integração do planejamento da carga urbana com o transporte coletivo e demais movimentações na cidade. Isso propicia um melhor uso dos recursos físicos, operacionais e gerenciais.

As parcerias e cooperações entre os diversos atores da carga urbana apontam uma evolução significativa no sentido da melhoria da qualidade de vida de áreas com intensa movimentação de carga. Geralmente, estas parcerias envolvem o uso compartilhado de veículos e instalações, a criação de áreas específicas para transbordo e estacionamento (áreas para carga/descarga), acompanhados de medidas de gestão que visam diminuir o uso indiscriminado de veículos de grande porte em áreas com fluidez já comprometida.

PROPOSIÇÕES ACERCA DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO

Problema

Baixo nível de serviços prestados pelo Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus (STCO) de Fortaleza, refletido no alto tempo de espera em paradas, principalmente em horários fora de pico, pela baixa cobertura espacial das linhas, pelos percursos não completados, pelo comportamento dos motoristas etc.

Proposição

Reestruturação do Sistema Gestor do STCO, com a criação dos departamentos de Planejamento, de Participação Comunitária e de Logística Urbana, bem como ênfase na coleta rotineira de dados operacionais pelo Órgão Gestor (ETUFOR) em parceria com Sindicato dos Operadores (SINDIÔNIBUS).

Justificativa

Não se observa, hoje, um planejamento operacional efetivo, com dados confiáveis, do STCO em Fortaleza. A ETUFOR não controla a renda do Sistema nem a produção de informações obtidas com os serviços públicos essenciais do transporte público, que fica todo a cargo do SINDIÔNIBUS. As informações coletadas têm impacto direto no método de cálculo da planilha tarifária, podendo gerar superdimensionamento da mesma. A fiscalização operacional do STCO é extremamente precária ou inexistente. Não há ações planejadas e rotineiras de intervenção no sistema de tráfego, com vistas a aliviar as externalidades negativas sobre o demais tráfego devido ao sistema de abastecimento urbano da cidade.

Algumas cidades do país, como Belo Horizonte e Curitiba, utilizam, nos seus órgãos gestores, sistemas de coleta de dados em tempo real do seu STCO, permitindo o controle adequado do nível dos serviços prestados e o acompanhamento contínuo do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema. O controle do STCO deve ser transparente e contar com a participação efetiva da comunidade usuária.

Problema

Vários pares de origem-destino na cidade não são atendidos pelo STCO, fazendo com que os usuários despendam grande tempo e esforço de acesso ao Sistema para satisfazerem seus desejos de viagem.

Proposição

Realização de um Plano Diretor de Transportes para a Região Metropolitana de Fortaleza, contemplando a realização de todas as pesquisas e levantamentos necessários para o adequado conhecimento das demandas por transporte da população, dotando o órgão gestor de um diagnóstico que direcione as ações a serem tomadas para a melhoria do sistema de transporte coletivo.

Justificativa

O desconhecimento do padrão de deslocamento das pessoas e de suas demandas por transporte resulta na incapacidade dos órgãos gestores de adotarem medidas adequadas no processo de tomada de decisão.

Alguns dos problemas decorrentes desta deficiência são claramente observados se considerada a rede de transporte coletivo de Fortaleza e sua região metropolitana, como a má cobertura espacial das linhas e um dimensionamento inadequado das linhas atuais.

A cidade não possui uma base de dados atualizada que contemple as informações de origem e destino das viagens, sendo que os últimos dados coletados desta natureza datam de 1985, ainda quando do planejamento do Metrofor, estando completamente distante da dinâmica atual da RMF.

Problema

Disputa por espaço viário prejudica deslocamentos, com aumento do tempo de viagem, tanto de usuários de ônibus quanto de proprietários de veículos privados na cidade.

Proposição

Implantação de uma forte política de priorização do Transporte Coletivo, com a criação de corredores exclusivos que garantam a este transporte de massa boas condições operacionais de forma a competir com o transporte individual.

Justificativa

Para uma gestão efetiva do STCO e do abastecimento urbano, não se pode prescindir da gestão da circulação viária. Deve haver prioridade viária e semaforica para os transportes coletivos, sabidamente mais produtivos, em termos de passageiros-quilômetros transportados, e mais eficientes, em termos de poluição do meio ambiente e gerador de acidentes viários. Os trabalhos necessários de sinalização viária, de instalação de equipamentos, como pontos de parada, correção de calçadas etc. devem ficar a cargo dos departamentos competentes da Secretaria de Infraestrutura do Município.

Problema

Deficiências de integração entre linhas metropolitanas e municipais, prejudicando grande parte dos usuários que trabalham em Fortaleza, mas moram em outros municípios da Região Metropolitana.

Proposição

Articulação entre os diversos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza com vistas a se estudar a viabilidade de se ter, no médio prazo, uma única empresa pública gestora do STCO no âmbito metropolitano.

Justificativa

Os sistemas de transportes municipais são subsistemas do sistema metropolitano, e têm crescente interação pela dinâmica de desenvolvimento dos sistemas de atividades municipais, com processos intensos e inevitáveis de conurbação. Para uma gestão efetiva é necessário visão e atuação sistêmicas, como exemplificam as experiências de diversos grandes aglomerados urbanos no mundo desenvolvido.

4.5 EIXO V: RESÍDUOS URBANOS E GERAÇÃO DE RENDA

4.5.1 Contexto

Em 19/06/2010 e 18/09/2010 ocorreram os Primeiro e Segundo Encontros “O Pacto em Discussão”, ocasiões em que este Projeto, no que tange à problemática do Eixo 5: Resíduos Urbanos e Geração de Renda, foi exposto e debatido com representantes da sociedade civil organizada e cidadãos fortalezenses.

No Primeiro Encontro, foram feitas duas perguntas aos presentes: (1) Como desejamos que Fortaleza esteja até 2020 quanto à otimização da cadeia dos resíduos urbanos com foco na geração de renda?; e (2) O que se deve fazer para alcançar essa visão de futuro?

Após o término do debate, a equipe do Eixo 5 fez a consolidação e síntese das respostas reduzindo para 11 pontos os 24 problemas e sugestões colocados pelos respondentes. Os 11 pontos foram novamente abordados no segundo Encontro “Pacto em Discussão” e em reunião específica com o Conselho de Cidadania, servindo de referência para aprofundamento da problemática do setor focado, tendo os pesquisadores do GLEN/UFC expandido e pesquisado soluções àqueles pontos-problemas.

Os onze pontos focais extraídos do Estudo, no que tange ao Eixo Temático V, estão especificados abaixo:

1. Diversificação de resíduos da cesta de resíduos urbanos, cada um com destinações específicas, ressaltando-se a riqueza do aproveitamento de vários desses resíduos para o setor de geração de energia (biogás, biocombustíveis e energia elétrica);

2. Necessidade de pesquisas que levem ao conhecimento do potencial de cada resíduo da cesta para utilização como insumos de diferentes cadeias produtivas, as quais devem ser estruturadas de forma logisticamente otimizada;

3. Democratização do direcionamento dos recursos públicos no que tange à coleta, destinação e tratamento dos resíduos, impedindo oligopólios ou monopólios privados no setor;

4. Apoio à organização de grupos de catadores de resíduos urbanos para qualificar e intensificar seu papel enquanto agentes contribuintes da efetivação das políticas ambientais e de saúde pública na cidade de Fortaleza;

5. Fortalecimento do planejamento que resulte em programas e projetos de geração de renda através do trato e da destinação dos resíduos urbanos;

6. Estabelecimento de amplas parcerias entre os poderes públicos e as organizações da sociedade civil visando à universalização da educação ambiental com ênfase no trato, principalmente coleta seletiva, e destinação dos resíduos urbanos;

7. Compilação, análise e aperfeiçoamento de toda a legislação federal, estaduais e municipais, com vistas a facilitar a estruturação das cadeias produtivas reversas dos resíduos urbanos;

8. Ampla divulgação de todas as ações oriundas de órgãos públicos, setor empresarial e terceiro setor no que concerne ao trato, destinação e processamento dos resíduos urbanos, bem como da legislação concernente ao setor;

9. Definição de ações transversais no setor de resíduos urbanos com os setores de segurança pública, de gestão da circulação viária, de desenvolvimento econômico e espacial urbano e de defesa do meio ambiente;

10. Levantamento numérico e caracterização dos atuais atores da cadeia reversa dos resíduos urbanos (poder público, catadores, caçambeiros, organizações do terceiro setor e do setor privado);e

11. Minimização dos custos e dos impactos decorrentes dos sistemas de coleta, destinação e trato dos resíduos urbanos de Fortaleza nos demais municípios.

Os pontos acima elencados refletem problemas para os quais foram definidas proposições devidamente justificadas. Abaixo são descritos cada um dos problemas, bem como as respectivas proposições e justificativas.

4.5.2 Problemas, Proposições e Justificativas

Problema

Lei Municipal Nº 8.408, de 24/12/1999, que trata dos grandes geradores de resíduos, não impõe coleta seletiva nem é, atualmente, devidamente obedecida.

Proposição

Atualizar e aperfeiçoar a legislação, em consonância com o que reza a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como aumentar a eficácia da fiscalização no setor.

Justificativa

Atualmente, pode-se observar, na cidade, grandes acúmulos de resíduos sólidos próximos a terrenos baldios; tais resíduos são descartados pela população em função de do grande intervalo de passagem de veículos de coleta ou como tentativa de evitar custos com coleta e destinação de altos volumes de resíduos, conforme determinação legal.

Assim, necessita-se que a lei supracitada seja cumprida, sendo que, para que isto ocorra, é necessária uma fiscalização mais intensa e efetiva. Além da expansão do quadro de agentes fiscalizadores e de seu adequado treinamento, faz-se necessário a realização de auditorias do órgão gestor setorial para correção de falhas com relação aos trabalhos de fiscalização.

Além disso, é necessário que a coleta seletiva seja incentivada com relação a todos os geradores de resíduos sólidos urbanos, para que haja maior produtividade na coleta dos resíduos e se reduza seu tempo de exposição em locais de armazenagem rotativa. Com isso, também se evitam problemas de saúde pública decorrentes de longos tempos de armazenagem.

Problema

Alto custo com coleta, destinação e disposição dos resíduos em Fortaleza, que envolve cerca de 21% do total anual de tributos arrecadados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Proposição

Adotar ações para satisfazer diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), visando:

- i) Extinção de lixões e mitigação de aterros sanitários;
- ii) Promoção de inclusão social e produtiva dos agentes catadores;
- iii) Geração de energia a partir dos resíduos, através do uso de tecnologias já dominadas;
- iv) Garantia da máxima eficiência da coleta dos resíduos com a utilização de técnicas da Logística Reversa.

Justificativa

As quatro vertentes da proposição feita para solucionar o problema dos altos custos de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos da cidade de Fortaleza contemplam o disposto na Lei Federal 12.503, de 03/08/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em discussão desde 1998.

Uma vertente específica (gestão moderna do RSU utilizando técnicas da Logística Reversa) aponta para o fortalecimento do aparato de planejamento que resulte na otimização do uso de recursos financeiros, humanos e de equipamentos no setor dos resíduos urbanos.

Outra vertente (extinção de lixões e mitigação de aterros sanitários) busca mitigar os problemas relativos ao trato dos resíduos urbanos da cidade e que envolvem grandes custos logísticos, graves impactos ambientais e degradação social. A destinação dada hoje aos resíduos urbanos na cidade implica que grandes áreas ficarão impróprias para usos convencionais por um longo período, além de drenar recursos públicos para uma única concessionária, consubstanciando um alto custo de oportunidade dos investimentos no setor.

A vertente de inclusão social e produtiva dos agentes catadores corrigirá o fato de que a situação atual não privilegia a inclusão social e produtiva de contingentes populacionais de catadores (estimados, hoje, em torno de 10.000 pessoas), com todas as

conseqüências de marginalização social que produzem problemas como dependência a drogas e ações que alimentam a criminalidade naqueles segmentos.

A utilização de tecnologias já dominadas para produção de energia, através da incineração de resíduos orgânicos e do uso de OGR para o setor do biodiesel, aliado à coleta seletiva e à reciclagem, constitui saída inovadora e moderna, além de gerar retornos financeiros consideráveis (ver Anexo I) ao Município.

Para que isto se torne possível, faz-se necessário que os órgãos de planejamento, gestão e fiscalização do poder público municipal para o setor de resíduos urbanos sejam efetivos no cumprimento das suas funções.

Problema

Desorganização do atual sistema complementar de coleta de resíduos pelas associações de catadores e suas conseqüências: trabalho insalubre; prejuízo à saúde pública; gestão incipiente e amadora das cadeias; e deterioração do meio-ambiente por inadequação do processo de coleta.

Proposição

Atuar em duas vertentes:

- i) Elaboração de cadastro dos atores no setor (organismos gestores, membros das associações de catadores, autônomos, intermediários, recicladores e transformadores);
- ii) Pesquisa sobre estruturas otimizadas de cadeias por tipo de resíduo, considerando benchmarking de tecnologias e processos, e focalizando mercados específicos;

Justificativa

As vertentes elencadas para solucionar o problema identificado constituem resposta aos pontos focais (1), (3), (4), (5) e (10), explicitados no item 7 do presente Relatório Final. A atual situação de vulnerabilidade social e econômica dos catadores de resíduos na cidade de Fortaleza é alarmante, merecendo eles receber maior atenção por parte dos poderes públicos em suas três instâncias, visto serem agentes de grande importância na operacionalização das cadeias reversas da economia setorial.

Na atual situação, os catadores de Fortaleza se encontram em extrema dependência dos agentes intermediários do setor, despendem grandes esforços físicos na sua faina cotidiana e chegam a colocar suas vidas em risco para realização da coleta de resíduos na malha viária, além de receberem muito pouco pelo seu trabalho, uma vez que não possuem capital para negociar no ramo dos reciclados e tem de repassar os materiais coletados a preços irrisórios.

Neste contexto, a atuação de fomento dos poderes públicos ao desenvolvimento eficiente das cadeias reversas com foco nos segmentos de catadores é condição *sine qua non* para sua sobrevivência.

Problema

Importação ilegal de resíduos perigosos.

Proposição

Fiscalizar e fazer cumprir a Convenção da Basileia e as diretrizes da Agenda 21 (Novembro/2009).

Justificativa

A proposição é justificável devido fato de que, recentemente, foram feitos envios de resíduos orgânicos, oriundos de países industrializados, para o Brasil. Assim, faz-se necessário que as autoridades reforcem a fiscalização nas portas de entrada do Município, no sentido de barrar a entrada de resíduos perigosos (radioativos, contaminantes químicos etc.) no país.

No caso de Fortaleza, há grande risco da entrada de materiais perigosos, devido ao fato da mesma ser uma cidade portuária. Tais cargas podem conter, ainda, transmissores de patologias ou animais que causem desequilíbrio ao ecossistema local.

Problema

Degradação ambiental(atmosférica e lençol freático) e de saúde pública decorrente dos aterros ASMOC, Jangurussu e de inertes.

Proposição

Estruturação das cadeias reversas de cada componente da cesta de resíduos, envolvendo capacitação, aparelhamento, gestão, capital de giro e direcionamento de mercado com foco nas indústrias de reciclagem, transformação e de geração de energia.

Justificativa

A proposição leva ao atendimento dos pontos focais (5) e (11), anteriormente explicitados. Justifica-se pela necessidade de redução de impactos ambientais causados pelos aterros sanitários, que levam à imobilização de vastas extensões de áreas urbanas, causando problemas relacionados à saúde pública, à contaminação do lençol freático e aquíferos bem com à degradação social das suas vizinhanças.

A estruturação das cadeias dos resíduos urbanos possibilitará a utilização ótima dos recursos públicos, proporcionando: inclusão social, redução de impactos ambientais, geração de receitas para o erário público e elevação da oferta de materiais recicláveis para as indústrias do setor.

Problema

Inexistência de cadeias reversas logisticamente estruturadas no setor de resíduos urbanos do município, capazes de reduzir o grande custo de oportunidade hoje associado ao setor, para onde se destina um expressivo percentual do orçamento municipal.

Proposição

Criação de fundo de apoio municipal para a garantia da sustentabilidade das associações de catadores e para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de suporte ao setor.

Justificativa

A proposição responde aos objetivos subjacentes aos pontos focais (2), (4), (5), (6), (9) e (11), sendo que o motivo mais forte para a sua implementação refere-se à atual falta

de conhecimento e vulnerabilidade técnica e econômica das cadeias reversas dos vários materiais que compõem a cesta de resíduos urbanos da cidade de Fortaleza.

Pesquisas na área dos resíduos sólidos ajudam a estimar as receitas potenciais que podem ser geradas pela comercialização de materiais recicláveis, pela incineração de resíduos com o fim de gerar energia bem como a melhoram o nível de conhecimento dos percentuais que os vários componentes representam na cesta de resíduos de Fortaleza.

Problema

População pouco educada ambientalmente e não ciente de sua inestimável contribuição potencial para a sustentabilidade ambiental.

Proposição

Promoção de campanhas educativas, de ampla abrangência, com parceria entre os setores público, privado e terceiro setor, bem com criação de prêmios pela Câmara e Prefeitura Municipal de Fortaleza para os grandes geradores que demonstrarem maior eficácia no trato e destinação dos resíduos.

Justificativa

Percebe-se que a maior parte da população, ainda permanece desinformada com relação às questões referentes à sustentabilidade e com relação às melhores práticas relacionadas com a reciclagem e a recuperação de materiais passíveis de sofrerem esse processo reverso.

Esta percepção decorre da observação dos hábitos da população de Fortaleza com relação ao descarte dos resíduos produzidos pela mesma. Estes hábitos incluem: descarte de óleos de frituras diretamente nas pias ou a céu aberto, descarte dos resíduos produzidos nas residências sem separação prévia por tipo de material e descarte de embalagens e toda sorte de resíduos diretamente no passeio público ou em terrenos baldios.

Muitas dessas atitudes independem da educação formal, e exige todo um processo de esclarecimento que inclui a importância da reciclagem e como viabilizá-la.

Assim, faz-se necessário que o poder público (principalmente o órgão gestor) promova campanhas de esclarecimento, através de ampla divulgação na mídia, bem como institua, através da educação formal, mecanismos para que a população se conscientize dos aspectos relacionados à reciclagem, os benefícios que esta gera para a sociedade e como o cidadão pode participar nas diversas cadeias reversas dos diversos produtos que circulam na economia local. Além disso, a proposta leva ao atendimento dos objetivos subjacentes aos pontos focais (6) e (8) levantados no primeiro Encontro “Pacto em Discussão”.

Problema

Insuficiência de instrumentos fiscais e creditícios de fomento às organizações recicladoras e/ou deficiência na sua divulgação.

Proposição

Criar e divulgar, no âmbito do município, instrumentos de incentivo fiscal com foco nas organizações recicladoras; divulgar esses instrumentos, existentes nos âmbitos estadual e federal, junto às organizações recicladoras.

Justificativa

As deficiências no processo de divulgação de benefícios ou apenações, nos âmbitos fiscal e creditício, podem causar desequilíbrio entre os agentes econômicos, como é o caso das empresas de reciclagem e das associações de catadores de materiais recicláveis. Tal fato pode provocar a inviabilidade das operações destes importantes agentes das cadeias reversas que suportam os componentes da cesta de resíduos urbanos da cidade de Fortaleza.

A proposição apresentada pretende fortalecer os agentes básicos da logística reversa do sistema econômico da cidade de Fortaleza, sendo eles responsáveis por grande parte das economias advindas da reinserção dos resíduos nos processos inerentes àquele sistema. Faz-se necessário que os agentes sejam informados de todos os benefícios criados no sentido de fortalecê-los, bem como das apenações que ocorrerão se atuarem fora da legislação normativa do setor.

Problema

Falta de articulação entre as diversas instâncias de governo no setor de resíduos urbanos, no âmbito do Município de Fortaleza.

Proposição

Implantar programa de iniciativa municipal para integrar todas as ações e investimentos no setor dos resíduos urbanos, no âmbito municipal.

Justificativa

A proposição visa aumentar a sinergia entre as ações promovidas pelas três instâncias do poder executivo, referentes ao setor de resíduos urbanos, no âmbito da cidade.

Observa-se que ações, hoje realizadas pelo poder municipal, algumas vezes perdem força pelo fato de serem feitas isoladamente, em relação a ações promovidas pelas outras instâncias de governo. Desta forma, a proposição em foco busca alavancar a efetividade das ações promovidas pela gestão municipal que, em determinados momentos, podem ser realizadas complementarmente a ações promovidas pelas outras instâncias de governo, implicando em fortalecimento mútuo.

Problema

O atual sistema de coleta e destinação de resíduos urbanos contribui para congestionar o tráfego na malha viária de Fortaleza.

Proposição

Implantar legislação com restrição temporal para os veículos de coleta de resíduos (de tração humana, animal ou motora), liberando-os apenas nos períodos de entrepicos.

Justificativa

Devido ao crescente número de veículos na frota em Fortaleza, as vias para tráfego destes veículos vêm sendo, cada vez mais, nas horas de pico, obstruídas por inúmeros obstáculos, como é o caso dos veículos usados para a coleta de resíduos urbanos na cidade.

Tal fato reduz a qualidade de vida das pessoas que usam tanto o transporte público como o transporte privado nos horários de pico, devido à redução da mobilidade urbana e aumento de probabilidade de acidentes, considerando que há disputa por espaço viário entre aqueles veículos.

Desta forma, a limitação temporal do uso de veículos de coleta de resíduos urbanos representaria ganho com relação à qualidade de vida, principalmente da parcela da população que precisa se deslocar pelo município para o cumprimento de suas obrigações profissionais.

Esta proposição atende ao ponto focal (9), anteriormente explicitado.

Problema

Inexistência de dispositivos adequados à coleta seletiva dos resíduos nas edificações do município.

Proposição

Adequação arquitetônica das edificações para facilitar a coleta seletiva através de normas a constar do Código de Obras e Posturas.

Justificativa

A existência de dispositivos fixos nos edifícios que facilitem a armazenagem dos resíduos, de acordo com suas características, constitui um incentivo à coleta seletiva pelas unidades uni e multi-domiciliares.

Problema

Monopolização privada da operacionalização do setor de resíduos sólidos urbanos no Município de Fortaleza.

Proposição

Criação de empresa pública, de economia mista, para gerir o setor de resíduos urbanos, englobando as responsabilidades da EMLURB e ACFOR no que tange à coleta, destinação, disposição, tratamento e normalização dos resíduos gerados no Município, articulando atores com foco na geração de energia, na sustentabilidade ambiental com o

aumento da efetividade dos processos de reciclagem e privilegiando a inclusão social e produtiva do segmento dos catadores.

Justificativa

O fortalecimento do órgão público gestor do setor de resíduos urbanos é imprescindível para efetivar a otimização dos recursos disponíveis, bem como para solucionar adequadamente a problemática do setor apresentada e discutida no presente Estudo.

Assim, a empresa pública gestora proposta necessitaria de autonomia para planejar, gerir e fiscalizar as cadeias reversas dos resíduos da cidade. Ela teria como principais atribuições: a otimização dos recursos (humanos, financeiros e equipamentos) empregados; a fiscalização dos agentes das cadeias de resíduos urbanos; a garantia do equilíbrio econômico-financeiro daqueles agentes; o fomento à pesquisa e análise de novas tecnologias e processos para a coleta, adestinação, a disposição, o tratamento e a normalização de cada resíduo componente da cesta; e a responsabilidade de manter banco de dados com informações atuais e confiáveis para permitir o planejamento eficaz do setor bem como garantir um bom nível de confiabilidade na tomada de decisão no contexto municipal.

Esta proposição atende ao objetivo subjacente ao terceiro ponto focal anteriormente explicitado.

Problema

Inexistência e/ou inconsistência de dados encontrados para o planejamento do setor.

Proposição

Investir em aparato de coleta, tratamento e análise de dados para a empresa pública gestora do setor.

Justificativa

Esta proposição se justifica pelo fato de que nenhuma organização pública ou privada funcionará efetivamente se não dispuser de informações confiáveis e necessárias ao planejamento de suas atividades, nos níveis operacional, tático e estratégico.

Na realização do presente Estudo, os pesquisadores se depararam, muitas vezes, com inconsistência nos dados coletados ou fornecidos pelos atores públicos e privados. Verificou-se divergências nas informações repassadas em entrevistas pelos responsáveis em órgãos públicos de fiscalização e planejamento do setor e as informações observadas em relatórios publicadas por estes mesmos órgãos.

Diante do exposto, justifica-se a realização de auditorias periódicas referentes às operações que envolvem a coleta, destinação, tratamento e disposição dos resíduos na cidade de Fortaleza, bem como o provimento, aos responsáveis pelas atividades de fiscalização e planejamento, de instrumentos que possibilitem a contínua coleta de dados confiáveis no setor de resíduos da cidade.

4.5.3 Considerações Gerais

Este Estudo buscou diagnosticar e propor melhorias e modernização no setor de resíduos sólidos urbanos (RSU) para a cidade de Fortaleza. Baseou-se em informações contidas no estado da arte e em pesquisa bibliográfica existentes para o setor, tendo sido necessário levantar dados complementares de campo para caracterizar bem o problema e embasar a principal proposição para enfrentamento da problemática detectada.

Dentre as várias proposições aos diversos problemas detectados, destaca-se a proposição de implantar usinas verdes para geração de energia e facilitação do processo de separação de material reciclável, em um contexto favorável à inclusão social e produtiva de segmentos populacionais de baixa renda, hoje sobrevivendo em condições de alta vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Ressalte-se que esta proposta está em consonância com a recém aprovada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e visa evitar problemas logísticos, ambientais e econômicos (alto custo de oportunidade dos investimentos no setor), ao mesmo tempo em que fornece outra segura e expressiva fonte de receita municipal na cidade.

Como descrito no Anexo I deste Estudo, ao se analisar os fluxos de caixa gerados pelo investimento em três cenários, o Valor Presente Líquido (VPL) positivo indica que o investimento nas usinas vale mais do que custa; portanto, para um VPL positivo, pode-

se interpretar que o investimento agregará riqueza à Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF); para um VPL nulo, poder-se-ia inferir que o investimento não agregará riqueza à PMF; já no caso de um resultado com VPL negativo, deve-se rejeitar a opção de investimento.

BRUNI *atalli* (1998) ressaltam que o VPL positivo indica que o capital investido será recuperado, remunerado na taxa de juros que mede o custo de oportunidade de capital do projeto (considerado de 12% a.a. neste Estudo).

O cenário sem risco ($IR = \text{relação receita real/receita estimada}$) apresentou viabilidade com VPL igual R\$ 1.056.175.578,42 e a TIR de 24,75%, como pode ser observado na Tabela I.8 do Anexo I. O cenário com $IR = 0,7$ também apresentou viabilidade, sendo que o VPL encontrado foi de R\$ 314.748.826,75 e a TIR de 16,52%, como apresenta a Tabela I.11 do Anexo I.

O último cenário ($IR = 0,5$) não apresentou viabilidade, como pode ser observado na Tabela I.13 do Anexo I: o VPL encontrado foi de - R\$ 79.535.674,36 (negativo) e a TIR 8,9 (menor que 12%).

Finalmente, a equipe do GLEN/UFC considera que urge a adoção de medidas e ações, por parte do poder público municipal de Fortaleza, no sentido de evitar a continuidade da degradação ambiental e da drenagem financeira por que hoje passa o Município, no que concerne ao setor de coleta, destinação e disposição dos resíduos sólidos gerados na cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problemáticas setoriais da cidade de Fortaleza são complexas e não tem acompanhamento institucional adequado, por insuficiência, ou mesmo inexistência, de mecanismos e esquemas de planejamento e gestão efetivos.

Assim, urge a mobilização dos poderes públicos, da sociedade civil organizada e dos habitantes qualificados e responsáveis da cidade para alargar o debate, produzir aparato legislativo de suporte ao enfrentamento daquelas problemáticas, para que se viabilize a implantação de políticas efetivas (eficientes e eficazes) de combate à degradação da qualidade de vida detectado pelo presente Estudo.

Alguns pontos devem ser ressaltados, para ênfase no foco desta mobilização da cidade, a saber:

i) O controle efetivo do uso do solo evitará o processo de adensamento urbano em níveis de deseconomias de escala, já ocorrendo em algumas regiões da cidade, o qual produz maiores custos unitários com a implantação de infraestrutura, intensifica o congestionamento do tráfego por permitir a instalação de intensos e inabsorvíveis polos geradores de viagens, obrigando parcelas significativas da população de baixa renda a invadir áreas de risco e o patrimônio natural de Fortaleza; e trazendo, em consequência, focos alimentadores de violência urbana por abrigar a cadeia distribuidora de drogas ilícitas;

ii) A gestão de alguns setores essenciais aos direitos dos munícipes - como o do transporte coletivo e a coleta, destinação e tratamento de resíduos urbanos - precisa ser retomada pelo poder municipal, com planejamento efetivo e controle da sua operacionalização, pois ele tem a obrigação de prover serviços essenciais (monopólios naturais) com uma visão sistêmica e não parcial, onde o lucro - transformado em drenagem de recursos do erário público, subsidiado pelos cidadãos - é o fim, e não o meio de prover os serviços; e

iii) A questão da segurança pública, mesmo não sendo ainda uma atribuição municipal, precisa ser vista de forma sistêmica e formatada em articulações com as duas outras instâncias de poder, com a intensa participação da comunidade cidadã organizada.

Finalmente, cabe à Câmara Municipal de Fortaleza, por suas atribuições constitucionais, continuar a liderar o processo de discussão das formas de enfrentamento das problemáticas setoriais, convocando os demais poderes e a sociedade civil organizada para garantir que este processo se torne exitoso no horizonte de 2020.